

## Quem disse ?

«Faz falta um certo controlo da propriedade, para que não haja num polo privilegiados com riquezas enormes e no outro miséria, doenças e crianças sem uma educação adequada. A partir destas ideias, as minhas convicções evoluíram desde o ano de 1988 e agora poderiam chamar-se socialistas ou sociais-democratas.»

**Mikhail Gorbachev**  
DNA, 23 de Janeiro

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1004 28 JANEIRO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Guterres na Cimeira de Viena

### PSE prepara eleições europeias

O Partido Socialista Europeu reúne-se sexta e sábado em Viena, durante uma cimeira que tem como objectivo preparar o congresso de Milão, a 1 e 2 de Março próximos, tendo em vista as eleições para o Parlamento Europeu. Como tema central da reunião da capital austríaca, estará a aprovação do manifesto político com que os vários partidos socialistas da Europa se apresentarão aos cidadãos. Este manifesto está a ser preparado por Robin Cook, dirigente dos trabalhistas britânicos e ministro dos Negócios Estrangeiros.

Além do tema relacionado com as eleições europeias, também estarão em análise as negociações em torno da Agenda 2000, assunto que será abordado com grande detalhe na cimeira especial de Bona do Conselho Europeu, a 26 de Fevereiro. De resto, o capítulo referente às perspectivas financeiras da União Europeia, entre 2000 e 2006, será uma das principais preocupações da delegação portuguesa, constituída pelo primeiro-ministro, António Guterres, e pelo secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, José Lamego. Nas últimas semanas, vários países do Norte da Europa começaram a aceitar a especificidade da situação portuguesa no contexto da União Europeia, facto que abre boas perspectivas para que o nosso país não seja prejudicado nas negociações da Agenda 2000.

Para além de António Guterres, na capital austríaca, entre outros líderes políticos, vão estar os primeiros-ministros da França, Lionel Jospin, da Grã-Bretanha, Tony Blair, da Holanda, Robin Cook, para além do líder do SPD e ministro das Finanças da Alemanha, Oskar Lafontaine. Está já confirmada uma reunião bilateral de António Guterres com Tony Blair e que se realiza a pedido do chefe do Governo britânico.

GOVERNO E PS NO REFORÇO DAS MULHERES

# MAIOR PARIDADE NA VIDA POLÍTICA

MELHOR DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Apesar da oposição do PSD, PP e do PCP, o Governo e o PS defendem que já na próxima legislatura as mulheres se encontrem representadas num mínimo de 25 por cento nas listas de deputados concorrentes à Assembleia da República. Só por Marcelo, Portas e Carvalhas já terem admitido aumentar a presença de mulheres entre os seus candidatos, o PS, por intermédio do secretário-geral, António Guterres, foi levado a concluir que o debate desencadeado pelo Governo já valeu a pena. O ministro dos Assuntos Parlamentares também se mostrou inconformado com a baixa presença de mulheres em lugares políticos. «Maior paridade na vida política, representa maior qualidade da democracia», disse. Desafiou depois os partidos da oposição a apresentarem alternativas à proposta de lei do Governo.

## MOÇÕES AO CONGRESSO

«O PS por uma Nova Cultura Política» - **Pedro Jordão**; «Vencer o Desafio do Ambiente» - **José Guerreiro**; «Por uma Política de Cidades» - **António Fonseca Ferreira**; «Semear para Desenvolver» - **João Morais**; «Ao Encontro das Comunidades Portuguesas» - **Manuel de Almeida**; «O Ano Mundial do Idoso» - **António Madureira Vasconcelos**; «Algumas Ideias para uma Política Transformadora do Desenvolvimento Social», «Para uma Política de Desenvolvimento Cooperativo» - **Rui Namorado**; «Para um Desenvolvimento Económico Sustentado de Portugal» - **Iglésias Costal**; «A Reforma Económica e o Desenvolvimento Sustentável» - **Joel Hasse Ferreira**; «Por um Novo Humanismo nos Sectores Económicos e nas Empresas» - **Secções de Acção Sectorial da FAUL**; «Educação, Ciência e Cultura» - **Fernando Pereira Marques**; «Uma Relação de Confiança com os Militantes» - **Reis Borges**; «Falar é Preciso» - **Manuel Alegre**; «Construir os Fundamentos do Portugal Moderno e Solidário do século XXI» - **José Manuel Rodrigues Marto**



## Tolerância Zero

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, deslocou-se à Guarda na passada terça-feira, para fazer uma avaliação dos resultados dos 100 dias da operação «Tolerância Zero» no IP5 (Aveiro/Vilar Formoso), e assinar um conjunto de protocolos de investimentos na área do MAI.

A redefinição da política na área da Administração Interna, colocada em prática pelo Executivo socialista, tem vindo a mostrar os seus frutos. No âmbito rodoviário onde os acidentes de viação e suas consequências custam ao País, anualmente, mais de 300 milhões de contos, o Governo tem apostado num conjunto de medidas tendentes a minorar toda esta situação.

A prevenção rodoviária tem sido uma das áreas onde o Governo tem apostado, não só ao nível da sensibilização dos automobilistas, mas também dos próprios peões e sobretudo dos jovens com constantes actividades formativas e com a criação de Escolas Fixas de Trânsito.

A aprovação de um novo Código da Estrada no sentido de «criar uma nova mentalidade» mais responsável e solidária de todos os utentes foi outra das iniciativas governamentais no âmbito rodoviário.

Mas os protocolos agora assinados por Jorge Coelho, no valor de 1,5 milhões de contos, no concelho da Guarda, visam a construção de novos quartéis da GNR, de novas instalações para a PSP e GNR, que estão a decorrer obras em 62 (apenas 5 em 1995), existem 85 novos projectos a decorrer (contra 7 em 1995), além de múltiplas intervenções de conservação e remodelação.

Neste sentido, é sempre bom recordar que já foram inauguradas, desde 1996, 42 novas instalações para a PSP e GNR, que estão a decorrer obras em 62 (apenas 5 em 1995), existem 85 novos projectos a decorrer (contra 7 em 1995), além de múltiplas intervenções de conservação e remodelação.



## GOVERNO AD AO SERVIÇO DOS INTERESSES PRIVADOS

A edição de 29 de Janeiro de 1981 do «Acção Socialista» reflectia nas suas páginas a intensa actividade de oposição do PS ao Governo da AD. Das secções, às empresas, passando pelo Parlamento até aos mais altos órgãos do PS, era todo um partido que se mobilizava na luta contra a política neoconservadora da AD e pela afirmação de um projecto de mudanças sociais alternativo.

O «Acção Socialista» transcrevia na integra, por exemplo, um extenso comunicado da Comissão Nacional do PS, onde se afirmava: «Extremamente vago e impreciso, sem fixar metas concretas nem definir calendários de execução, o programa do novo Governo AD assenta num modelo conservador-liberal verdadeiramente ultrapassado e que se encontra em crise por todo o mundo.»

A Comissão Nacional do PS aprovava ainda um voto de pesar pelo falecimento do professor Dias Amado, um «grande democrata» sobre o qual o camarada Raul Rego, na sua habitual coluna, escrevia: «De Dias Amado a imagem que sobrelevará será a do democrata resistente à tirania, enquanto exercia a sua profissão e transmitia o seu ideal, a grandeza de alma, aos seus familiares e aos seus amigos; o seu exemplo indo até alcançar muitos desconhecidos.»

J. C. C. B.

29 de Janeiro

### Quem disse?

«Este Governo (AD) vai empunhar a bandeira do interesse privado, da propriedade privada, da medicina privada, do ensino privado e do enriquecimento privado.»

Carlos Laje



## Perdão de penas Governo disponível para colaborar com Parlamento

O primeiro-ministro, António Guterres, manifestou, no dia 20, em Lisboa, a disponibilidade do Governo em dar aos grupos parlamentares a colaboração que a Assembleia da República «entender por bem fazer» em matéria de concessão de um perdão de penas. Guterres falava no final da audiência semanal com o Presidente da República, Jorge Sampaio, que defendeu na abertura do Ano Judicial a concessão de um perdão «genérico e limitado de penas» como uma das formas de assinalar os 25 anos do 25 de Abril.

O chefe do Executivo socialista reafirmou que aquela matéria é da competência do Parlamento, que terá de «analisar e tomar as decisões que entender por convenientes».

O Governo «não vai tomar qualquer iniciativa. Aliás, não é essa a tradição», acrescentou.

A preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) foi um dos temas abordados na audiência, assim como o programa anunciado, na semana passada, de combate ao desemprego no Alentejo.

## Almeida Santos/Jacques Chirac Partidos repudiam «notícia falsa»

Os partidos com assento parlamentar uniram-se, no passado dia 22, para condenar uma notícia publicada por um semanário sobre alegadas referências desleigadas do presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, relativamente ao Presidente francês, Jacques Chirac.

«Trata-se de um atentado à dignidade da Assembleia da República e do presidente Almeida Santos», considerou o vice-presidente da bancada do PS Acácio Barreiros, numa breve intervenção no plenário.

Acácio Barreiros sublinhou que as notícias em causa são «inteiramente falsas» e recordou que Jacques Chirac só intervirá no plenário da Assembleia da República, durante a visita oficial que fará a Portugal a 4 de Fevereiro, porque Almeida Santos o propôs na última reunião

da conferência de líderes parlamentares. «Não é com jornalismo deste tipo que se serve a democracia», concluiu Acácio Barreiros. Manuel Alegre, que substituiu Almeida Santos na presidência da mesa da Assembleia da República, interveio também para condenar a notícia.

«Quero manifestar a minha indignação. Este tipo de notícias põe em causa não só a Assembleia da República e o seu presidente, como põe em causa o Estado português e o seu relacionamento com o Estado francês», sustentou.

Alegre manifestou a sua «total solidariedade» para com Almeida Santos e advertiu: «Este caso deve merecer a reflexão de todos nós e o repúdio de todos aqueles que, com seriedade, exercem a profissão de jornalista.»

## Lei das Finanças Locais Revisão terá grupo de trabalho com autarcas

A criação de um grupo de trabalho para preparar a revisão da lei das finanças locais foi anunciada, no dia 22, em Lisboa, pelo presidente da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), o socialista José do Egípto, no final de uma audiência com o primeiro-ministro.

O grupo de trabalho, para o qual o ministro do Equipamento, João Cravinho, também presente, solicitou já a indicação de dois representantes da Anafre, deverá contar também com representantes do Governo e da Associação Nacional de Municípios, explicou. Durante a audiência, que se realizou na passada sexta-feira, na residência oficial de São Bento, António Guterres «mostrou conhecer

a realidade das freguesias e o papel que elas representam na sociedade portuguesa», referiu ainda.

A Anafre considera razoável o aumento médio de receitas para as freguesias registado pelo Orçamento do Estado para 1999, mas questiona o facto de ter havido disparidade nos ganhos.

O objectivo é que a revisão da lei em preparação contemple os critérios de distribuição da lei das finanças locais de forma a que não se verifiquem no futuro as assimetrias registadas actualmente no que toca à participação das freguesias no Orçamento do Estado.

## Jaime Gama em Chipre e Albânia Relações bilaterais e presidência UE na mira

As relações bilaterais e a presidência portuguesa da União Europeia (UE) foram dois dos temas que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, discutiu com as autoridades de Chipre e Albânia, países que visitou oficialmente esta semana.

Jaime Gama, que esteve em Tirana na passada terça-feira, debateu com as autoridades locais o aprofundamento das relações entre Portugal e a Albânia e estabeleceu contactos tendo em vista a assumpção da presidência da UE, a 1 de Janeiro de 2000, altura em que assume igualmente a direcção da União da Europa Ocidental (UEO).

Durante a sua estada, Gama reuniu-se com o Presidente albanês, Rexhep Meidani, com o primeiro-ministro, Pandeli Majko, e com o

seu homólogo, Paskal Milo.

Na agenda das conversações estiveram ainda matérias como a situação interna na Albânia, a evolução da crise no Kosovo e o reforço da cooperação de Tirana com as principais organizações europeias e transatlânticas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português encontrou-se igualmente com o presidente do parlamento albanês, e com o responsável da missão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OSCE).

No dia seguinte, Jaime Gama deslocou-se a Chipre, onde se encontrou com o presidente Glafcos Clerides e com o seu homólogo local, Ioannis Kasoulides.

## MAIOR PARIDADE NA VIDA POLÍTICA MELHOR DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Apesar da oposição do PSD, PP e do PCP, o Governo e o PS defendem que já na próxima legislatura as mulheres se encontrem representadas num mínimo de 25 por cento nas listas de deputados concorrentes à Assembleia da República. Só por Marcelo, Portas e Carvalhas já terem admitido aumentar a presença de mulheres entre os seus candidatos, o PS, por intermédio do secretário-geral, António Guterres, foi levado a concluir que o debate desencadeado pelo Governo já valeu a pena. O ministro dos Assuntos Parlamentares também se mostrou inconformado com a baixa presença de mulheres em lugares políticos. «Maior paridade na vida política, representa maior qualidade da democracia», disse. Desafiou depois os partidos da oposição a apresentarem alternativas à proposta de lei do Governo.

O secretário-geral do PS, António Guterres, o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, e o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, participaram terça-feira na série de audições parlamentares promovida pela Comissão para a Paridade da Assembleia da República. Na sessão, o líder socialista defendeu a ideia de o poder político estabelecer «um mínimo de participação» para a presença de mulheres no Parlamento. Mas advertiu que o PS, particularmente, pretende dar um «empurrão» para haver maior paridade na ocupação de cargos políticos e não criar qualquer sistema de quotas em definitivo. O primeiro-ministro fez também questão lembrar a correcção de se tomarem medidas desiguais perante factores desiguais. «É útil que a lei possa ajudar as estruturas partidárias a possuírem um mínimo de equilíbrio na escolha que fazem dos seus candidatos em listas para a Assembleia da República», sustentou, referindo-se desta forma à obrigatoriedade prevista no projecto de lei do Governo no sentido de haver uma representação mínima de elementos do sexo feminino nas listas de deputados. A finalizar, reconheceu que as próprias resistências à aplicação de um mínimo para a representatividade de mulheres em listas de deputados se estende ao próprio PS. «Se outros partidos não têm estes problemas e não são confrontados com semelhantes resistências, então têm sorte», comentou com ironia.

### Coerência de Guterres

Apesar das resistências dos partidos da



oposição ao teor da proposta de lei do Governo, o primeiro-ministro congratulou-se pelo facto de os líderes partidários do PSD, PCP e do PP já terem prometido colocar nas respectivas listas concorrentes nas próximas eleições legislativas mais de 25 por cento de mulheres. «Só por este facto, o debate que o Governo lançou já valeu a pena», afirmou.

Terminado a sua intervenção, António Guterres lembrou que já sofrera algumas derrotas políticas em defesa de uma maior paridade na democracia portuguesa. Mesmo assim, confessou-se um entusiasta de uma maior paridade na ocupação de lugares políticos por parte de mulheres.

Após o discurso do chefe do Governo, a deputada do PS Helena Roseta recordou a promessa que António Guterres fizera, ainda na legislatura passada, que iria tomar iniciativas para tornar a democracia portuguesa mais paritária. Promessa que agora está a ser cumprida.

Depois de o professor da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Jorge Miranda, ter lembrado que a presente legislatura abriu com necessidade de se promover uma reforma do sistema político — e que a questão das quotas é a única medida que ainda se encontra em cima da mesa —, o ministro dos Assuntos Parlamentares sublinhou que, em matéria de paridade, «não estamos

perante uma questão de mulheres, mas que se relaciona com a qualidade da democracia». Mesmo em profissões que antes não eram preenchidas por mulheres, como a diplomacia e a magistratura, segundo António Costa, a percentagem de elementos do sexo feminino aumentou nos últimos 25 anos. «Há apenas uma excepção, que é a vida política», comentou o membro do Governo, referindo, depois, que as mulheres apenas ocupam dois por cento das presidências de câmaras, oito por cento dos lugares nacionais no Parlamento Europeu e 12 por cento na Assembleia da República. Estamos perante uma desigualdade de facto e que colide com o artigo de 109 da Constituição da República», advertiu António Costa, justificando assim a necessidade da iniciativa legislativa tomada pelo Executivo.

### Imperativo constitucional

Ainda em resposta às críticas dos partidos da oposição, o ministro dos Assuntos Parlamentares colocou a hipótese de aceitar humildemente que apontem erros à proposta de lei do Governo, mas desafiou o PSD, o PP e o PCP a apresentarem alternativas. «Se não querem esta lei, afinal o que querem? Apresentem alternativas», desafiou o membro do Governo,

antes de lembrar que poderá incorrer-se em inconstitucionalidade caso o Parlamento não adopte legislação para promover a paridade.

Já no período de resposta a algumas posições defendidas por deputados da oposição, António Costa referiu que os partidos políticos já possuem quotas informais destinadas a jovens, sindicalistas e representantes de concelhos. «Só as mulheres é que não podem ter uma quota», perguntou.

Por sua vez, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros disse desconfiar de que o sistema de automatismo social possa alguma vez proporcionar uma maior aproximação na representatividade entre homens e mulheres em lugares políticos. Pelo ritmo actual de progresso no que respeita ao sexo feminino, de acordo com dados fornecidos por Vitalino Canas, só dentro de 50 a 70 anos as mulheres poderão ter igual representatividade à dos homens em lugares políticos, ou, mais concretamente, na Assembleia da República.

Vitalino Canas sublinhou, por outro lado, que os mecanismos de auto-regulação partidária, especialmente defendidos pelo PSD, até hoje, não deram resultados. Por essa razão, o secretário de Estado da Presidência disse entender que a única forma de atenuar as desigualdades é através da lei.

## UNIÃO EUROPEIA PRECISA DE EFICÁCIA MILITAR E VOZ POLÍTICA

**O chefe de Estado iniciou domingo, no Luxemburgo, uma visita às principais instituições da União Europeia. No Luxemburgo, foi recebido em ambiente de festa pela comunidade portuguesa, estando mesmo a ponderar a realização de uma «Presidência Aberta» neste país da União Europeia. Já em Bruxelas, Jorge Sampaio alertou para a necessidade de a União Europeia ter autonomia militar, única forma de se avançar para uma Política Externa e de Segurança Comum.**

**O** Presidente da República disse estar a ponderar fazer uma «Presidência Aberta» junto dos portugueses radicados no Luxemburgo, por entender que merece ser incentivado o crescimento da capacidade de intervenção da nossa comunidade. «Vale a pena percorrer os espaços da Europa onde existem portugueses que honram a nossa bandeira e o nosso país e que cresceram em ca-

pacidade de intervenção económica», afirmou Jorge Sampaio domingo passado no final de um encontro com uma delegação de empresários lusos residentes no Luxemburgo. Referindo-se de novo à hipótese de realizar neste país da União Europeia uma «Presidência Aberta», o chefe de Estado lembrou que foi uma ideia avançada pela delegação de emigrantes portugueses, que gostou muito de ouvir e que, por isso, não a irá deixar morrer. Na segunda-feira, o presidente da República visitou o Tribunal das Comunidades Europeias, acompanhado pelo ministro da Justiça, Vera Jardim, e pelos secretários de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, e das Comunidades, José Lello. Na intervenção dirigida às centenas de emigrantes portugueses presentes na calorosa recepção, Jorge Sampaio transmitiu o orgulho de Portugal no esforço e capacidade exibidos pela comunidade residente no Luxemburgo. Exortou-os depois a integrem-se com a sua força na sociedade do Luxemburgo, nomeadamente através da participação nas eleições europeias e locais, ao mesmo tempo que o podem fazer para

as legislativas e Presidência da República. O Presidente da República destacou ainda a importância de os emigrantes no Luxemburgo (como os das outras comunidades nacionais na Europa) serem «ao mesmo tempo» e «cada vez mais» portugueses e europeus.

A comunidade portuguesa ofereceu depois à comitiva do chefe de Estado um espectáculo com música e danças interpretadas por ranchos folclóricos locais.

Já na terça-feira, em Bruxelas, o Presidente da República defendeu a ideia de que a Europa tem de estar preparada para agir política e militarmente com autonomia na defesa dos seus interesses próprios. «Não me parece curial que os europeus estejam dependentes dos Estados Unidos da América cada vez que se torna necessário utilizar meios militares na gestão de crises», observou o chefe de Estado.

Discursando em inglês, perante o Conselho Permanente da União da Europa Ocidental (UEO), a que assistiram o ministro da Defesa, Veiga Simão, e o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Jorge Sampaio

frisou que a Europa não se pode consumir num debate sobre a sua organização. «De uma forma realista, temos de avançar para a União Política», afirmou, razão pela qual os Estados-membros da União Europeia têm de assumir «uma maior quota-parte de responsabilidades na sua própria defesa».

Para o Presidente da República, «chegou a hora de os europeus disporem de uma capacidade própria e eficaz em termos de gestão de crises», que, afinal, «lhes assegure a condução de operações na defesa dos seus interesses próprios». A União da Europa Ocidental, por isso, «é cada vez mais um elemento essencial para a concretização, no futuro, de uma Política Externa e de Segurança Comum, aspecto que deverá ser tido em devida consideração no quadro do relacionamento com a NATO e a UEO», assinalou Jorge Sampaio.

No caso da NATO, o Presidente da República acrescentou que o seu alargamento «deve ser prosseguido para, entre outros aspectos, fortalecer a estabilidade democrática na Europa» e estabilizar as relações com o Mediterrâneo, a Rússia e a Ucrânia.

## GOVERNO INVESTE MAIS NA SAÚDE — PARTIDOS DA AD SEM APOIO

**A ministra da Saúde provou, no Parlamento, como foi melhor gestão do sector desde que os socialistas assumiram o Governo, do que no tempo dos executivos de Cavaco Silva. Nos últimos três anos, as listas de espera diminuíram progressivamente, ao contrário da tendência que se verificava antes de 1996. Para combater as listas de espera, Maria de Belém referiu-se ao acréscimo de seis milhões de contos, verba que se encontra inscrita no Orçamento de Estado para 1999. António Costa, ministro dos Assuntos Parlamentares, não poupou a demagogia do PSD em matéria de política de saúde. O partido de Marcelo Rebelo de Sousa foi acusado de usar a questão para fins exclusivamente propagandísticos, visando os noticiários da televisão.**

**A**ssembleia da República deverá hoje chumbar o projecto de lei do PSD sobre listas de espera nos serviços públicos de saúde. O partido de Marcelo Rebelo de Sousa apenas dispõe do apoio do PP, seu parceiro na Alternativa Democrática. Contribuiu mais positivo para resolver a questão das listas de espera

deu o PCP. E, por essa razão, a bancada socialista vai viabilizar a iniciativa dos comunistas. No debate parlamentar da semana passada, a ministra da Saúde começou a referir aos ataques pessoais que a bancada do PSD lhe dirigira e alertou para o facto de os problemas do sector só se conseguirem resolver com consensos alargados. «Ataques pessoais ou pedidos de demissão não resolvem o problema», disse. A seguir, a titular da pasta da Saúde observou que nenhum país da Europa resolveu até hoje o problema das listas de espera. Como tal, acabar com as listas de espera «era uma promessa demagógica» que este Governo socialista nunca faria aos portugueses.

Mas, nesta matéria, o PSD deixou uma pesada herança. Dados referentes a 1990 mostram que haviam 142 mil consultas externas e 73 mil cirurgias em atraso. Em 1992, o número de cirurgias era de 80 mil. Perante estes resultados, só no ano eleitoral de 1995 o PSD tentou fazer qualquer coisa, anunciando um programa de combate às listas de espera que nunca chegou a ser aplicado.

### A herança do PSD

Visando atenuar o problema das listas de espera, o Governo vai investir mais seis milhões de contos este ano — isto, depois de uma recuperação verificada ao nível das lis-

tas de espera desde 1996. Esta recuperação, sublinhou Maria de Belém, fez-se com recurso aos serviços públicos e através de um protocolo com a Cruz Vermelha.

Em debate com deputados da oposição, a ministra da Saúde negou a perspectiva de Maria José Nogueira Pinto, do PP de que a Espanha teria resolvido o problema das listas de espera. Pelo contrário, neste campo, as filas são maiores do que no nosso país. Já em relação ao deputado do PSD Marques Guedes, Maria de Belém devolveu a acusação de que estaria na lista de espera de um cargo político, interrogando-se, a este propósito, se não seria o dirigente do partido de Marcelo quem afinal estaria na listas de espera dos lugares no Parlamento, tendo em vista a próxima legislatura.

Também numa intervenção durante o debate parlamentar, o líder da bancada socialista, Francisco Assis, frisou que o Governo apresentou resultados objectivos sobre o seu trabalho no sector da Saúde, «depois de uma pesada herança deixada pelas equipas de Cavaco Silva».

«Sempre que Marques Mendes comenta uma situação complicada que eventualmente esteja a acontecer no país, temos o direito de lembrar que já foi ministro», lembrou Francisco Assis. No fundo, acrescentou, «está apresentar uma moção de censura aos governos que ele próprio integrou».

### Desmontar a demagogia

Mas o ataque contundente do presidente do Grupo Parlamentar do PS ao seu homólogo do PSD não ficaria por aqui. Recordou que, em anos eleitorais, para o PSD, «os doentes sempre se tornaram mais doentes. O PSD só se lembrou das listas de espera a uns meses das eleições legislativas, tal como aconteceu em 1995», afirmou.

Também Maria de Belém condenou o estilo de intervenção da bancada do PSD e, particularmente de Marques Mendes. «A sua intervenção valeu zero, foi redonda, não disse nada», criticou a ministra da Saúde, dirigindo-se ao líder parlamentar laranja. A seguir, foi a vez do ministro dos Assuntos Parlamentares garantir a Marques Mendes que não havia incomodado ninguém com as suas palavras. «Final, este é o número que sempre faz por volta das sete da tarde, antes da hora dos noticiários», comentou com ironia António Costa.

Num estilo muito directo, comparou os resultados na pasta da Saúde entre o Governo de António Guterres e os de Cavaco Silva. E também puxou pela memória à bancada do PSD, lembrando-lhes o triste episódio de um dos membros de um executivo de Cavaco Silva ter sido condenado por corrupção no Ministério da Saúde.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO LOCAL** – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, deslocou-se, no passado dia 23, ao distrito do Porto, onde, no Governo Civil, formalizou, através de um protocolo, uma comparticipação do Estado no valor de 34 mil contos, visando a construção da sede do agrupamento de escutas n.º 519/CNE de Paredes.

No mesmo dia, na Igreja Paroquial de Paranhos, no Porto, José Augusto de Carvalho celebrou um outro protocolo para a construção do Centro Paroquial local, envolvendo uma comparticipação do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território de 63 mil contos.

**DESPORTO** – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, assistiu, no dia 26, em Lisboa, à cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação entre a Fundação do Desporto e a Radiotelevisão Portuguesa (RTP).

O acordo entre as duas instituições prevê que a RTP passe a ter os direitos exclusivos de transmissão de todos os acontecimentos organizados pela Fundação.

Em contrapartida, os sócios fundadores ou patrocinadores de actividades desportivas da Fundação terão a possibilidade de utilizar publicidade gratuita na RTP até ao montante estabelecido pelo protocolo.

**EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO** – A secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, presidiu, no dia 23, no Carvoeiro, Lagoa, à sessão de encerramento do IV Fórum do EPC subordinado ao tema «Currículo: Gestão Diferenciada e Aprendizagens de Qualidade».



**EMPREGO E FORMAÇÃO** – O secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Paulo Pedroso, apresentou, no dia 22, em Lisboa, o Programa de Desenvolvimento Cooperativo – Prodescoop.

**FARO** – O governador civil de Faro, Joaquim Anastácio, presidiu, no passado dia 24, em Tavira, à cerimónia de encerramento do Campeonato da Europa de Basquetebol em Cadeira de Rodas – Divisão B, que decorreu no Pavilhão Desportivo Municipal Dr. Eduardo Mansinho.

**HABITAÇÃO E COMUNICAÇÕES** – A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, presidiu, no dia 22, em Angra do Heroísmo, ao acto oficial de assinatura do contrato entre a Câmara Municipal de Angra e o Instituto Nacional da Habitação (INH), que garante a construção de

casas para o realojamento de 452 famílias do concelho.

As obras para construção dos 452 fogos deverão estar concluídas até ao fim do ano 2000, no âmbito do programa de realojamento, em parceria com a autarquia local, com um investimento total garantido pelo Governo de 4, 675 milhões de contos. Para tal, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo beneficia de uma comparticipação a fundo perdido de 2,138 milhões de contos, assegurados pelo INH.

As casas em questão destinam-se ao realojamento de agregados familiares vítimas do terramoto de 1980, um processo que terá início ainda este ano.

**JUSTIÇA** – O ministro da Justiça, Vera Jardim, esclareceu, no dia 20, em Lisboa, que relativamente à questão do perdão de penas o Governo «segue os acontecimentos e mais nada», porque essa «matéria é da estrita competência da Assembleia da República (AR)».



Falando no final da cerimónia de abertura do ano judicial em que o Presidente da República defendeu um perdão de penas por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril, Vera Jardim insistiu que «o problema é da AR». «Os senhores deputados estavam cá, ouviram o PR», disse o ministro, que acredita que os deputados possam suscitar o assunto junto dos respectivos grupos parlamentares. Questionado sobre se, após as palavras de Jorge Sampaio a favor de um perdão genérico de penas, a AR poderia continuar insensível ao problema, Vera Jardim respondeu dizendo: «Não acho, nem deixo de achar.»

O governante escusou-se também a comentar pessoalmente a questão do perdão de penas, alegando que não comenta «propostas de deputados que estão pendentes na AR».

Sobre outros temas ligados à Justiça abordados na abertura do ano judicial, Vera Jardim admitiu que «nalguns casos há excesso de garantismo» no sistema jurídico português, contrapondo: «Aliás, temos feito um conjunto de reformas e estamos a levar a cabo e a discutir essa questão.»

Em jeito de síntese, o ministro enfatizou que «só com a colaboração e a responsabilização de todos (os agentes do sector) é que os problemas da Justiça poderão ter uma solução mais rápida, melhor e mais eficaz».

**PESCAS** – O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, visitou, no dia 23, as instalações da Docapesca de Portimão, onde se reuniu com a Barlapescas.

DESTAQUE – CM

Finanças

**APROVADO  
MODELO ÚNICO DE IRS**

O novo modelo único, denominado modelo 3, de declaração periódica de IRS, que vem substituir os actuais modelo 1 e 2, foi aprovado, no dia 21, pelo Governo, em Conselho de Ministros.

Até à data, os contribuintes declaravam os seus rendimentos singulares mediante dois modelos: o modelo 1, relativo a trabalho dependente e pensões, e o modelo 2, referente a outros rendimentos, um sistema que foi revogado, na passada quinta-feira, em Conselho de Ministros, com a aprovação do novo modelo único.

Apesar desta inovação em matéria fiscal, o Executivo socialista não alterou os pra-

zos de entrega de declaração do IRS, que continuam a situar-se entre os meses de Abril e Maio.

Dando com tal medida um passo na desburocratização do procedimento declarativo do IRS - Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares -, o Ministério das Finanças está a estudar a possibilidade de, «num futuro próximo», o novo modelo 3 poder ser enviado para o domicílio do contribuinte. Dessa forma, cerca de 60 por cento dos contribuintes poderiam cumprir a obrigação declarativa sem necessidade de preencherem outro impresso, dado que o modelo 3 integra o anterior anexo A.



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 21 de Janeiro

**O Conselho de Ministros aprovou:**

- Uma proposta de lei que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da obrigação de permanência na habitação prevista no artigo 201º do Código do Processo Penal;
- Uma proposta de lei que aumenta para 24 dias o período de férias no âmbito de um novo regime de férias em função do trabalho efectivo;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e estabelece um regime excepcional, de carácter temporário, para a aquisição de bens e serviços necessários à criação de uma única Base de Dados de Contribuintes;
- Um decreto-lei que altera o regime relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei relativo aos princípios da prevenção de riscos profissionais para assegurar a transposição de algumas regras da directiva-quadro relativa à segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho;
- Um decreto-lei que adita um novo artigo ao decreto-lei que estabelece as condições de exercício em Portugal das actividades dos profissionais de informação turística;
- Um decreto-lei que transfere para a Caixa Geral de Aposentações a responsabilidade pelos encargos com as pensões de aposentação do pessoal da Radiodifusão Portuguesa, SA, que vêm sendo suportadas por esta empresa;
- Um decreto-lei que altera os artigos 57º, 58º, 60º, 61º e 79º do Código do IRS aprovado pelo decreto-lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, tendo em vista a criação de um modelo único de declaração periódica de rendimentos que substitui os actuais modelos 1 e modelo 2 e integra o actual anexo A no corpo da declaração;
- Uma proposta de lei que altera a lei que regula o acesso aos documentos da Administração;
- Um decreto-lei que flexibiliza a data de produção de efeitos da licença especial para o exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau;
- Um decreto-lei que mantém em vigor um regime especial de despesas públicas para o Projecto «Loja do Cidadão»;
- Um decreto-lei que aprova o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública.

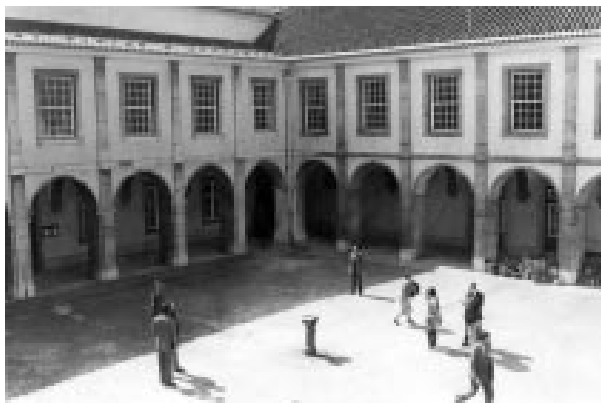
## PRISÃO PREVENTIVA DOMICILIÁRIA

O Governo socialista deu luz verde, no dia 21, a uma proposta de lei que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da obrigação de permanência na habitação relativamente a certos arguidos, criando, assim, as condições reais para que o recurso à prisão preventiva diminua consideravelmente no nosso país.

Neste contexto o arguido poderá permanecer no seu domicílio, inserido no seio da sua família e mantendo as suas actividades profissionais ou de formação, evitando-se, assim, os riscos de dessocialização inerentes à aplicação da medida de prisão preventiva, sem prejuízo do estabelecimento das condições necessárias à segurança de todo este processo.

A possibilidade de utilização de meios técnicos de controlo à distância constitui uma inovação da proposta de revisão do Código de Processo Penal apresentada à Assembleia da República.

O novo n.º 2 do artigo 201.º deste diploma, na redacção proposta, passa a prever expressamente esta possibilidade, remetendo a sua regulamentação para lei própria. O sistema penal português concebe a privação da liberdade como medida de último recurso, preocupação que está presente na disciplina processual das medidas de coacção, nomeadamente no que se refere às condições e princípios de aplicação, e no sistema de penas, em que se privilegia um amplo leque de alternativas às penas de prisão de curta e média duração.



No entanto, o recurso à prisão preventiva vem atingindo, no nosso país, taxas consideravelmente elevadas, quando comparadas com as de sistemas que nos são próximos, o que, de certo modo, tem sido influenciado por dificuldades práticas de fiscalização e controlo de medidas menos gravosas, mais aptas à realização das finalidades processuais em presença. As possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias permitem a criação de condições para que possa ser dada expressão a medidas de coacção de grande relevância, mas de utilização pouco frequente,

como é o caso da obrigação de permanência na habitação.

Por outro lado, as experiências de aplicação da monitorização telemática posicional do arguido, também conhecida por vigilância electrónica, que têm vindo a desenvolver-se nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, de que são exemplo a França, o Reino Unido, a Suécia e a Holanda, vêm revelando resultados considerados encorajadores, no quadro das medidas não detentivas, em função da realização das finalidades de vários sistemas penais.

A vigilância electrónica do arguido é exe-

cutada através de meios tecnológicos instalados no local em que este deva permanecer e de um dispositivo electrónico usado pelo arguido, que, comunicando entre si, asseguram o controlo à distância da presença deste no local e durante o período de tempo determinados.

Para que a medida possa ser aplicada, essencial é, não só, o consentimento do arguido - na falta de consentimento, ou se este vier a faltar, não poderá ser aplicada ou cessará de imediato a medida de vigilância -, mas igualmente o consentimento de outras pessoas, nomeadamente do agregado familiar ou da entidade patronal, para a instalação do equipamento necessário.

No respeito por direitos fundamentais, constitucionalmente consagrados, a colocação e uso dos instrumentos de monitorização devem preservar a dignidade e a integridade pessoal do arguido e o seu direito à imagem.

Em harmonia com o regime processual das medidas de coacção, a decisão de aplicação da medida caberá sempre a um juiz, a requerimento do Ministério Público ou do arguido durante o inquérito, ou mesmo oficiosamente após este, com garantia de audição do arguido.

Ao Instituto de Reinserção Social, como órgão auxiliar da administração da justiça, é cometida a tarefa de proceder ao exercício da vigilância, sem prejuízo de recurso a entidades privadas para a instalação e manutenção dos equipamentos, sempre com a supervisão do Instituto.

## FÉRIAS ALARGADAS

O Executivo socialista aprovou, no dia 21, em Lisboa, uma proposta de lei que aumenta para 24 dias o período de férias no âmbito de um novo regime de férias em função do trabalho efectivo.

Este diploma pretende ver consagrado um regime de férias ligado à prestação efectiva de trabalho, tendo em vista uma estimulação da assiduidade e, ao mesmo tempo, a instituição de um tratamento mais equitativo dos trabalhadores que efectuem diferentes períodos de serviço efectivo durante o ano.

De acordo com o regime vigente, o direito a férias não se encontra ligado à prestação de trabalho efectivo. Assim, têm direito ao mesmo período de férias os trabalhadores que tenham prestado trabalho suplementar e aqueles que tenham faltado, ainda que injustificadamente.

No novo regime, os trabalhadores assídu-



os têm direito a um período de férias mais elevado (passa para 24 dias úteis) e, inversamente, os menos assíduos devem prestar pelo menos dois meses de serviço efectivo para terem dez dias úteis de férias.

Nas situações intermédias, os dias de férias são determinados em função da assiduidade.

Para efeito da duração das férias, as ausências devidas a determinados motivos de elevada relevância social são consideradas no todo ou em parte como tempo de serviço.

O novo regime apenas se aplicará a contratos de trabalho celebrados a partir do segundo semestre de 1999 e aos trabalhadores que, tendo contratos celebrados anteriormente, pretendam submeter-se ao novo regime, por opção individual ou por compromisso assumido em convenção colectiva.

Mantém-se o princípio geral segundo o qual

as férias não podem ser substituídas por compensação económica ou outra, excepto em dois casos em que o trabalhador pode optar por trabalhar nos dias que excedam um período mínimo de férias de cujo gozo não pode abdicar.

Esse período mínimo passa de 15 para 20 dias úteis, de acordo com a directiva comunitária relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho.

A sistematização do novo regime e a numeração dos artigos são substancialmente alteradas porque incluem dois conjuntos de normas, respectivamente aplicáveis aos contratos de trabalho celebrados até ao final do primeiro semestre de 1999 e aos celebrados a partir do segundo semestre do mesmo ano, bem como as disposições gerais aplicáveis a uns e a outros. Proceder-se por isso à republicação de todo o regime, devidamente alterado.

## NOVA BASE DE DADOS DE CONTRIBUINTES ÚNICA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 21, o Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e estabeleceu um regime excepcional, de carácter temporário, para a aquisição de bens e serviços necessários à criação de uma única Base de Dados de Contribuintes.

Este diploma, aprovado na generalidade, visa dotar o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) dos instrumentos e dos meios que lhe possibilitem uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema unificado de segurança social, que se vem revelando cada vez mais complexo e requerendo maior eficácia, ao nível da gestão orçamental e financeira.

Criado em Janeiro de 1977, ao IGFSS têm vindo a ser cometidas novas atribuições e áreas de actuação que representam um significativo alargamento da sua actividade inicial.

São exemplos desse alargamento a colocação, na sua dependência funcional, do Fundo de Socorro Social; a transferência do património imobiliário da segurança social (do Centro Nacional de Pensões) para o IGFSS; e a implementação consistente de programas de alienação do vasto património. Este acréscimo de atribuições e competências não chegou a ter correspondência legal



numa estrutura orgânica e funcional que desse corpo à ordenação dos recursos humanos e materiais disponíveis, com vista a uma maior eficácia e eficiência na gestão e administração e uma maior operacionalidade e incremento dos índices de produtividade dos serviços.

Por outro lado, e inserindo-se no amplo processo de reforma do sistema de segurança social, foram ainda recentemente cometidas ao Instituto importantes responsabilidades e tarefas, nomeadamente a nível do planeamento e da gestão dos contribuintes e de controlo interno estratégico, de carácter hori-

zontal, da administração financeira do Estado (SCI).

De entre as alterações mais relevantes consagradas por este diploma, sublinham-se as seguintes:

- Uma maior autonomia de gestão que, aliada ao reforço das atribuições do Instituto, visa melhorar a gestão financeira do sistema e o combate à fraude e à evasão contributiva;
- O estabelecimento de condições para a desconcentração territorial dos serviços do Instituto, mediante a criação progressiva de unidades territoriais de representação do IGFSS, cuja efectiva implantação e dimensionamento, em função da área geográfica a abranger, bem como as respectivas competências serão determinados com base em critérios objectivos;
- A efectiva abertura dos quadros do IGFSS a pessoal contratado ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho, o que permitirá uma maior flexibilidade no recrutamento, criando-se assim as condições para um aumento da capacidade técnica do Instituto;
- A adopção de um mecanismo especial que permita a simplificação dos procedimentos relativos à contratação dos sistemas e equipamentos informáticos indispensáveis à urgente concretização da constituição de uma base de dados integrada dos contribuintes.

## PRIORIDADE: SEGURANÇA DOS TRABALHADORES

O Conselho de Ministros, reunido no passado dia 21, em Lisboa, alterou o regime relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, transpondo para a ordem interna a directiva correspondente a esta matéria.

As modificações da actual legislação impostas pela nova regulamentação da União Europeia são muito extensas, justificando assim a adopção de um novo diploma contendo tais alterações.

Em termos mais concretos, o diploma define uma série de obrigações que incumbem à entidade empregadora:

- Assegurar que os equipamentos de trabalho sejam adequados ou convenientemente adaptados ao trabalho a efectuar e garantam a segurança e a saúde dos trabalhadores durante a sua utilização;
- Atender, na escolha dos equipamentos, às condições e características específicas do trabalho, aos riscos existentes para a segurança e a saúde dos trabalhadores, assim como aos novos riscos resultantes da sua utilização;



- Tomar em consideração os postos de trabalho e a posição dos trabalhadores durante a utilização dos equipamentos, bem como princípios ergonómicos;
- Tomar medidas adequadas para minimizar os riscos eventualmente ainda existentes, caso os procedimentos anteriormente referidos não permitam assegurar eficazmente a segurança e a saúde dos

trabalhadores;

- Assegurar a manutenção adequada dos equipamentos durante o seu período de utilização, de modo a que os mesmos respeitem os requisitos mínimos de segurança e não provoquem riscos para a segurança ou a saúde dos trabalhadores.
- Obrigatoriedade de proceder, por intermédio de pessoa competente, a verifica-

ções dos equipamentos de trabalho, no início da sua utilização e periodicamente, ou quando ocorrerem factos excepcionais que possam afectar gravosamente a segurança dos equipamentos;

- Obrigatoriedade de prestar aos trabalhadores e seus representantes, a informação adequada sobre os equipamentos de trabalho utilizados. Tal informação deve ser facilmente compreensível, escrita se necessário, e conter, no mínimo, indicações relativas às condições de utilização dos equipamentos, às situações normais previsíveis e aos riscos decorrentes de alterações feitas nos equipamentos de trabalho existentes no local, ainda que não estejam a ser directamente utilizados;
- Tomar medidas para uma formação adequada dos trabalhadores incumbidos da utilização dos equipamentos e dos que se encarregam da reparação, transformação, manutenção ou limpeza de equipamentos de trabalho que apresentem riscos específicos para a sua segurança ou saúde. O diploma insere ainda mais três capítulos dedicados à especificação detalhada de requisitos mínimos de montagem, operação e manutenção dos equipamentos.

DEPUTADO ALBERTO MARQUES

Listas de espera

## PSD PRIVILEGIA MERCADO PRIVADO DA SAÚDE



O deputado socialista Alberto Marques acusou o PSD, no dia 21, na Assembleia da República, de promover «um mercado privado preferencial para a cirurgia», ao recusar «promover e utilizar plenamente a capacidade dos meios humanos e materiais do sector público».

Alberto Marques referiu que com esta postura «o PSD acaba por criar condições que podem pôr em risco a necessária motivação dos recursos humanos para o exercício de funções públicas».

O parlamentar do PS considerou a solução laranja para o «importante e grave problema» das listas de espera como sendo «desproporcionada, despesista e, sob o ponto de vista político, insultuosa para com os portugueses que pagam a saúde pública com os seus impostos».

Referindo que o PS e os portugueses não entendem a leviandade do projecto laranja, de inscrever 12 milhões de contos para resolver em dois anos as cirurgias em espera, quando essa verba, nos termos do projecto laranja, apenas será disponibilizada pelo OGE do ano 2000, Alberto Marques perguntou: «Para quê tanta dramatização, tanta expectativa, para, afinal, proporem uma intervenção que só poderia concretizar-se após as próximas eleições legislativas?».

Perante o silêncio da bancada do PSD, Alberto Marques perguntou ainda: «Não

teve o PSD as rédeas da política de saúde deste País durante mais de dez anos?». Felizmente, salientou Alberto Marques, «o Governo está a trabalhar na recuperação das listas de espera, como prometeu no seu programa e é sua obrigação face às necessidades das pessoas».

O actual Governo, recordou o deputado do PS, «determinou a constituição de listagens mensais nominais de todos os doentes em espera, em todos os serviços públicos de saúde», acrescentando que «é este o único meio de, com rigor, com seriedade, se conhecer, dimensionar e avaliar em qualquer momento a situação das listas de espera».

Segundo sublinhou o deputado do PS, «os problemas de saúde não se resolvem por via legislativa. Resolvem-se fazendo o que é necessário para satisfazer as necessidades de saúde das pessoas».

### Distração laranja

Acrescentou que «atacar o problema das listas de espera sem o identificar completamente e sem escalpelizar os seus principais factores condicionantes, não será nunca resolver o problema».

Acusando os deputados do PSD de andarem «muito distraídos», Alberto Marques perguntou: «Então não há hoje mais hospitais, mais blocos cirúrgicos, mais consultas externas, mais Centros de Saúde, mais actividade nos serviços do SNS do que em 1995?».

J. C. C. B.

DEPUTADO PAULO NEVES

Resíduos industriais tóxicos

## CONTRA OS GESTORES DO MEDO



O deputado socialista Paulo Neves desafiou o PSD a assumir uma postura definitiva face à problemática do tratamento dos resíduos industriais tóxicos.

«Não enganem mais os portugueses, sejam responsáveis e assumam que nunca conseguiram fazer o que hoje estão a defender e que nós, afinal, sempre assumimos que seria a nossa única atitude em face dos interesses das pessoas», exortou Paulo Neves falava na reunião plenária da Assembleia da República, realizada no dia 20, onde a bancada parlamentar do PEV recomendou, entre outros aspectos, a suspensão do processo de decisão quanto à incineração dos «lixos tóxicos» nos fornos das cimenteiras.

Segundo o deputado do PS, «responsavelmente, mas de forma desapaixonada teremos todos de assumir que este (o processo da incineração) não é um processo novo, de entre as soluções técnicas conhecidas, e é mesmo o mais usado entre os países mais desenvolvidos da União Europeia, sendo certo que a actual situação que se vive em Portugal é insustentável e muito mais perigosa para o ambiente e para as populações do que a alternativa assumida pelo Governo».

Apesar de não ser uma medida inovadora, a incineração foi tratada entre nós, conforme atesta Paulo Neves, «de forma integrada e racionalizada», ou seja, «de acordo com as suas diferentes vertentes, desde o tratamento físico-químico prévio, ao aterro controlado e mesmo à exportação de resíduos que, nos termos legais e adequados tecnicamente, não tenham outra



solução».

«Temos assistido a muita confusão sobre este tema», alertou o parlamentar socialista, não hesitando em denunciar que alguns fazem uso da confusão para «aproveitar os receios das populações e a sua descrença na possibilidade de se melhorarem as actuais condições em que vivem», referiu Paulo Neves garantiu que a bancada parlamentar do Partido Socialista consegue compreender as populações e a sua desconfiança em promessas de melhoria na problemática ambiental, uma vez que «todos conhecemos os milhões lançados por protocolo, para a redução da produção de resíduos com os vários sectores empresariais, sem qualquer efeito e concretização prática» no passado.

O deputado socialista garantiu que o GP/PS está «completamente solidário» com a forma e a posição tomada, reafirmando também que a bancada parlamentar do PS respeita a saúde pública e a garantia da segurança das populações locais.

«Não seguimos as palavras dos que dizem uma coisa e fazem outra», afirmou categoricamente.

M.R.

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Igualdade de oportunidades

## A MISSÃO DA UNIÃO...



«A Comunidade tem como missão promover a igualdade entre homens e mulheres, sendo que para alcançar este fim o artigo 3º (do Tratado de Amsterdão) prevê que na realização de todas as acções a Comunidade terá por objectivo eliminar a desigualdade e promover a igualdade entre homens e mulheres». Foi com estas palavras que a deputada socialista Celeste Correia manifestou, no dia 20, na Assembleia da República, a sua satisfação pela consagração como princípio efectivo da Europa comunitária a luta pela igualdade de oportunidades.

«O Tratado significa um reforço dos direitos das mulheres», reiterou Celeste Correia, frisando de seguida que «até à Cimeira de Amsterdão a questão da igualdade era referida pelos tratados, apenas circunscrita à temática salarial e laboral». Assim, com a evolução verificada, a igualdade é catapultada, no entender da parlamentar do GP/PS, como «missão da União».

Celeste Correia não hesitou em precisar a «enorme importância legal» da introdução

da igualdade de oportunidade no texto assinado em Amsterdão.

«A igualdade entre mulheres e homens está agora contemplada num Tratado, numa norma de direito comunitário primário de um nível jurídico superior às regras comunitárias de direito derivado, tem que ser respeitada e reflectir-se em todas as demais normas comunitárias», explicou.

Segundo a deputada do PS, «a luta pela igualdade de oportunidades torna-se, assim, uma luta da União Europeia, dado que (...) a comunidade está mais empenhada do que nunca em ser a União dos povos, dos homens e das mulheres».

Para Celeste Correia, a questão da igualdade de oportunidade e da igualdade de resultados não é um «capricho de uma minoria de ambiciosas que querem disputar aos homens honras e poder». «É um projecto que renova o espírito democrático». Celeste Correia terminou a sua intervenção evocando Marcelino Oreja, comissário europeu, e citou: «O Tratado de Amsterdão não conclui o edifício da igualdade, apenas abriu um novo estaleiro de construção. Cabe agora aos cidadãos e às instituições nele trabalharem!».

M.R.

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 28

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para debater com urgência, a pedido do GP/PS, «a urgente necessidade de levantamento da suspensão e reanimação do sistema de apoio a jovens empresários».

Os partidos com assento parlamentar analisarão, igualmente, nesta sessão plenária, três propostas de lei legislativas.

A primeira estabelece o regime e forma de criação das polícias municipais. A segunda regula a identificação civil e a emissão do bilhete de identidade de cidadãos nacional. A terceira e última autoriza o Executivo a legislar sobre a dissecação ilícita de cadáveres e extracção de peças ou órgãos para fins de ensino e de investigação científica.

### Sexta-feira, dia 29

O Parlamento estudará, a partir das 10 horas de amanhã, quatro propostas de resolução do Governo.

A primeira proposta de resolução visa, aprovar, para ratificação, a convenção de cooperação entre as Comunidades e os Estados Unidos, por um lado, e a Geórgia, por outro, em matéria de assistência mútua entre autoridades administrativas aduaneiras. O segundo diploma aprova, para ratificação, a convenção do Tratado da União Europeia sobre a utilização informática no domínio aduaneiro.

A terceira proposta aprova o acordo entre o Governo português e a Comunidades dos Países de Língua Portuguesa referente ao estabelecimento da sede da CPLP em Portugal.

Por fim, o quarto documento a estudar visa a ratificação do protocolo adicional complementar à convenção entre os Estados-membro da NATO e os Estados Unidos que participam na «Parceria para a Paz» sobre o estatuto das suas forças.



DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS **Listas de espera**

## CLARO E OBJECTIVO ATAQUE LARANJA AO SNS



O deputado socialista Manuel dos Santos afirmou no dia 21, na Assembleia da República, que o que está em causa com o projecto de lei do PSD de pretensão combate às listas de espera «é um claro e objectivo ataque ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), na sua componente pública, visando valorizar e rentabilizar o sector privado da saúde em Portugal».

Sublinhou ainda que o diploma laranja «tem uma lógica que assenta na criação e no estímulo às próprias listas de espera, pelo que acaba por revelar uma perversidade verdadeiramente insuportável».

Ao longo da sua intervenção em que pôs a nu as verdadeiras intenções do PSD com esta iniciativa, Manuel dos Santos lembrou que depois de uma «longa e sofrida década» de cavaquismo, o País herdou «uma situação insustentável e degradada, que não é possível inverter no curto prazo, nem tão-pouco pelo uso exclusivo dos instrumentos financeiros».

Por isso, frisou, o Governo do PS «definiu uma orientação estrutural assente numa profunda e gradual reforma do SNS».

Manuel dos Santos denunciou ainda que a acção que tem sido desenvolvida por «alguns restritos sectores da sociedade portuguesa» contra a política de saúde do Governo e, nomeadamente, contra a titular da pasta, Maria de Belém, com especial destaque para o PSD, «é claramente injustificada e prejudicial para os interesses gerais da população portuguesa».

Virando-se para a bancada laranja, que não conseguia esconder o seu nervosismo e incómodo face aos argumentos do deputado socialista, Manuel dos Santos exclamou: «Com a saúde dos portugueses não se brinca senhores deputados do PSD.» Manuel dos Santos afirmou ainda que quer a anterior iniciativa do PP quer o projecto de lei laranja em discussão são claramente «ar-



mas de arremesso político» que não se destinam a resolver qualquer problema real, mas apenas e tão-só «desgastar o Governo e a imagem da ministra Maria de Belém».

Depois de lembrar que o PSD se pronunciou inicialmente a favor da greve «ilegal» dos médicos, o deputado do PS passou em revista o conjunto de medidas que o Governo implementou para combater o «flagelo» das listas de espera sem pôr em causa o SNS e a sua componente pública. Por outro lado, a iniciativa do PCP mereceu elogios de Manuel dos Santos porque, entre outros aspectos, «não pretende atingir o SNS, nem se coloca ao serviço de interesses privados injustificáveis nestas circunstâncias».

### Superavit de demagogia

Depois da excelente intervenção de Manuel dos Santos era patente a desolação na bancada laranja. E a desolação tinha razão de ser: a opinião pública que segue mais de perto a actividade parlamentar tinha ficado, definitivamente, esclarecida quanto aos verdadeiros propósitos da iniciativa do PSD.

O partido liderado por Marcelo Rebelo de Sousa, a braços com um elevado défice de credibilidade e elevado *superavit* de demagogia, tinha dado mais um tiro no pé.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO MARQUES JÚNIOR **Exercício do direito dos militares**

## DECLARAÇÃO DE VOTO



Numa declaração de voto apresentada no dia 21 na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) considera que, apesar do «legítimo direito» que assiste ao PCP para submeter a votação o seu projecto de lei que altera o regime do exercício do direito dos militares, «não é este o momento adequado por se encontrar para agendamento uma proposta do Governo que tem um objecto semelhante».

No entanto, e apesar desta situação, o GP/PS votou favoravelmente o projecto de lei

comunista, «por concordar com a necessidade da sua revisão».

Na declaração de voto assinada, entre outros, pelo deputado e capitão de Abril Marques Júnior, sublinha-se que «este voto não significa concordância nem com a extensão, nem com o alcance do projecto do PCP». O voto do PS, refere a declaração de voto, «pretende, simplesmente, não inviabilizar a discussão conjunta em Comissão, da proposta do Governo, que vai ser brevemente agendada e do projecto do PCP sobre a revisão do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO MANUEL ALEGRE **Declaração de voto**

## DISCORDÂNCIA PONDERADA



Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Coimbra, Manuel Alegre, João Rui Almeida, Carlos Beja, Rui Namorado, Osório Gomes e Ricardo Castanheira, votaram favoravelmente, no dia 20, na Assembleia da República, o projecto de deliberação apresentado pelo PEV.

Os parlamentares explicaram, numa declaração de voto, que o voto favorável ficou a dever-se à manutenção da discordância quanto à escolha de Souselas para a co-incineração de resíduos industriais perigosos. Todavia, os parlamentares do GP/PS afirmam que «não concordam com determinados

considerandos deste projecto de deliberação, designadamente o que considera "que a decisão tomada pelo actual Governo carece, em absoluto, de sustentabilidade técnica, rigor e credibilidade"».

Os deputados socialistas do círculo de Coimbra consideraram, ainda, que «o referido projecto de deliberação não tem em contra a importante proposta apresentada pelo primeiro-ministro da constituição de uma "Comissão Científica de Controlo e Fiscalização Ambiental das Cimenteiras", comissão esta que tem poderes suspensivos ou resolutivos em função dos dados apurados e qualificados pela própria comissão».

M.R.

MODERP

Comunicado

## REFORMADOS E PENSIONISTAS VÃO TER VOZ NA AR

Num comunicado do dia 21 de Janeiro, o MODERP – Movimento Democrático de Reformados e Pensionistas congratula-se com a chegada do socialista Manuel Jerónimo, «verdadeiro representante dos reformados», à Assembleia da República, onde tomou posse no dia 20 como deputado da bancada socialista.

«Secretário-geral do MODERP – UGT, com provas dadas ao longo de 12 anos em prol dos reformados, camada da população tão carenciada, a sua verticalidade à causa dos homens e mulheres reformados e pensionistas deste país são uma realidade», refere o comunicado do MODERP.

«É para nós dirigentes, filiados e filiações do MODERP – UGT uma honra a presença de Manuel Jerónimo na Assembleia da República como único e legítimo representante de 2,5 milhões de reformados», lê-se na nota à imprensa.

O comunicado do MODERP lembra ainda o notável trabalho desenvolvido pelo camarada Manuel Jerónimo à frente desta organização, que permitiu aos reformados alcançarem importantes vitórias, tais como

a conquista do 14º mês, a integração na Segurança Social dos reformados e pensionistas dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, a regularização do pagamento das pensões a cerca de sete mil portugueses vindos do Brasil e o fim da discriminação nos horários dos passes sociais para idosos.

Resistente antifascista, militante histórico do PS, presente em todas as grandes batalhas que o partido do punho travou antes e depois do 25 de Abril, homem de princípios e valores, defensor intransigente dos reformados e pensionistas, o camarada Manuel Jerónimo (Manel 25) é uma mais-valia da bancada socialista e uma certeza na luta por uma vida digna para os idosos do nosso país, nomeadamente os que ainda recebem pensões muito degradadas. Manuel Jerónimo promete não ir dormir para a Assembleia da República como o pós-moderno Manuel Sérgio e estamos certos que ainda irá acordar algumas consciências adormecidas para as dramáticas condições de vida da maioria dos nossos idosos.

J. C. C. B.



## CONSEQUÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UEM

«As consequências constitucionais da União Económica e Monetária», é o título do relatório do eurodeputado socialista Barros Moura, aprovado na semana passada pela Comissão dos Assuntos Institucionais do PE.

No final da votação do relatório que foi aprovado por 19 votos a favor, três contra e uma abstenção, Barros Moura congratulou-se com a «aprovação tão expressiva» do seu documento, que confirma assim «a enorme popularidade do euro e o facto dele ter sido um sucesso».

«Não posso deixar de apreciar o facto de a votação sobre alguns pontos da especialidade ter sido tão cerrada, com votos a favor e votos contra, com a aprovação e a rejeição de algumas das propostas do relator, confirmando assim que continua na UE com moeda única a fazer sentido a distinção entre esquerda e direita. Algumas das poucas alterações que a comissão rejeitou serão retomadas pelo Grupo Socialista na próxima sessão plenária», disse.

O relatório, que será discutido em plenário e apresentado numa audição pública em Lis-



boa no dia 29, defende que a União Económica e Social seja um contrapeso político da União Monetária e que se faça um novo «contrato social» europeu baseado num mínimo de harmonização social.

O documento de Barros Moura defende ainda que exista uma representação externa da UEM que permita que as instituições da UE façam valer a nível mundial, a uma só voz, os objectivos consagrados no Tratado e que se proceda a uma reforma institucional que reforce o controlo democrático e a participação dos cidadãos.

## JOSPIN QUER UMA EUROPA MAIS SOCIAL

Os deputados e senadores franceses ratificaram no passado dia 18, em congresso realizado em Versalhes, a revisão constitucional prévia à ratificação do Tratado de Amesterdão, que agora terá o seu seguimento na Assembleia Nacional francesa, em Março.

O primeiro-ministro francês, o socialista Lionel Jospin, considerou que a entrada em vigor do Tratado permitirá «a afirmação de uma Europa mais forte, mais social e capaz de assumir no mundo o lugar que lhe é devido e dar aos cidadãos a perspectiva de um continente verdadeiramente organizado».

Lionel Jospin, que é cada vez mais uma das grandes referências do socialismo europeu, contra aqueles que pretendem a sua descaracterização em nome de uma pretensa modernização, voltou a repetir a posição francesa segundo a qual, no plano institucional, «o Tratado não apresenta as alterações indispensáveis, num momento em que a UE se prepara para um novo alargamento».

Recorde-se que com a ratificação do Tratado de Amesterdão pela França, ficam apenas a faltar a Grécia, que deverá fazê-lo em Fevereiro, e a Bélgica, que espera ainda o voto de cinco assembleias territoriais.

## TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

Jan O. Karlsson é o novo presidente do Tribunal de Contas Europeu, sucedendo no cargo ao alemão Bernhard Friedman.

Até agora membro do Tribunal de Contas responsável pela cooperação com os países em vias de desenvolvimento, Jan O.

Karlsson iniciou o seu mandato no passado dia 18.

Recorde-se que o Tribunal de Contas é composto por 15 elementos, um por cada Estado-membro da EU.

O membro português é A de Sousa Ribeiro.

## MAIORIA CONTRA ANTECIPAÇÃO DO LANÇAMENTO DE NOTAS E MOEDAS

A maioria dos países da União Europeia, incluindo Portugal, manifestou-se no dia 18, em Bruxelas, contra a antecipação da entrada em circulação das notas e moedas do euro.

A ideia, que foi lançada pela Bélgica, foi recusada pela generalidade das delegações à reunião do dia 18 do Conselho de Ministros das Finanças da UE (Ecofin), que invocaram dificuldades técnicas para a redução do período de três anos em que não haverá «trocos» e notas da moeda única europeia.

O euro foi criado a 1 de Janeiro último, mas, de acordo com o previsto, só chegará aos bolsos e carteiras dos cidadãos, sob a forma de notas e moedas, a partir de 1 de Janeiro de 2002.

O ministro belga das Finanças considera «excessivamente longo» o período de três anos em que o euro será apenas uma moeda escritural, tendo como expressões fiduciárias as notas e moedas dos países participantes na moeda única.

Para o secretário de Estado do Tesouro, Teixeira dos Santos, que substituiu o ministro Sousa Franco na chefia da delegação portuguesa à reunião, «não se afigura possível, essencialmente por questões técnicas, uma alteração do calendário» da introdução de notas e moedas do euro.



Os problemas técnicos, acrescentou, «têm a ver com os prazos necessários para a produção quer das notas, quer das moedas».

«Em caso de antecipação significativa, só muito dificilmente todos os países do euro conseguiriam dispor de notas e moedas», disse Teixeira dos Santos.

De acordo com inquéritos a agentes económicos, informou o secretário de Es-

tado, a antecipação que poderia ser considerada era de um ano.

Uma antecipação de apenas três meses, como sugeriu o ministro belga, «teria eventualmente mais problemas que vantagens, devido, nomeadamente, à não coincidência com os anos civil e contabilístico», considerou Teixeira dos Santos.

«Seria um factor perturbador e traria problemas nas adaptações dos sistemas contabilísticos das empresas», exemplificou o secretário de Estado do Tesouro.

«Para ser significativa, adiantou, a antecipação teria de ser de pelo menos um ano e isso criaria obstáculos técnicos importantes».

Por outro lado, defendeu a clarificação desta questão «de uma vez por todas», por forma a que desapareçam «todas e quaisquer confusões e incertezas em torno do euro».

Como habitualmente, o Ecofin a Quinze foi precedido de uma reunião dos titulares das Finanças dos 11 países do euro (Euro-11), durante a qual foram discutidas as perspectivas de evolução da economia europeia face à conjuntura internacional.

De acordo com Teixeira dos Santos, concluiu-se que, dada a actual conjuntura internacional desfavorável, «será de esperar algum abrandamento do crescimento real

da economia europeia».

Contudo, acrescentou, «o crescimento será significativo e basicamente alicerçado na procura interna dos países da UE».

O secretário de Estado do Tesouro admitiu que a Comissão Europeia, em Março próximo, «reveja em baixa as previsões de crescimento da economia europeia» em 1999, à semelhança do que fez o Fundo Monetário Internacional (FMI).

«A Europa continuará a ser um pólo de estabilidade mundial, mas sofrerá consequências das conjuntura internacional desfavorável», afirmou.

Sobre a Agenda 2000 (próximo quadro orçamental plurianual da UE), os 15 ministros das Finanças reafirmaram o compromisso de alcançarem um acordo até finais de Março próximo.

O Ecofin foi ainda marcado pelo debate público do programa da presidência alemã da UE, na área da economia e finanças. Além da Agenda 2000, a promoção do crescimento económico e do emprego, o combate ao desemprego e a harmonização das diferentes fiscalidades nacionais são os objectivos centrais do Ministério das Finanças da Alemanha, que é liderado pelo social-democrata Oskar Lafontaine.

Os titulares das Finanças dos Quinze aprovaram também os Programas de Estabilidade orçamental da Holanda e da Irlanda.

## NOVAS ORIENTAÇÕES E MEDIDAS

**A** oferta do ensino recorrente vai ser diferenciada já no próximo ano lectivo com a separação dos dois tipos de público que o frequentam: entre os 15 e os 18 anos e os adultos.

Esta é uma das medidas anunciadas, no dia 20, em Lisboa, pela equipa governativa do Ministério da Educação e pelo secretário de Estado do Emprego para a área do ensino recorrente, depois de ter sido feito um relatório de avaliação deste subsistema que indica índices de sucesso baixos e dispersão de meios.

Segundo a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, as medidas a médio e a curto prazo para este sistema de ensino vão passar a ser centradas na escola e, pela primeira vez em Portugal, também em parceria com outros organismos e entidades, diversificando modalidades de educação.

Uma das primeiras acções será a melhoria da resposta com a diferenciação da oferta, ou seja, tendo em conta o facto de a análise do sistema ter revelado que mais de metade dos alunos que frequentam este tipo de ensino têm entre os 15 e os 18 anos, os cursos de ensino recorrente para esta faixa etária passam a funcionar em regime diurno.

Esta medida entra já em vigor no próximo ano lectivo, generalizando-se gradualmente até 2000/2001.

Os projectos de educação de adultos (para um grupo que actualmente é minoritário no sistema) realizar-se-ão em horário pós-laboral sob a forma de iniciativas experimentais, só excepcionalmente acessíveis a menores de 18 anos.

Para este grupo, haverá respostas diversas inspiradas em experiências no terreno como o centro nacional de ensino à distância ou modelos mistos semelhantes à telescola (com uma parte de materiais audiovisuais e enquadramento docente). Outras das novidades para aqueles que regressam à escola já em idade adulta será, segundo Ana Benavente, a médio prazo, a certificação das competências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, progredindo depois num percurso pensado em função da sua situação específica.

A curto prazo, mas com possível generalização dentro de dois anos, está também prevista a racionalização da rede.

Ana Benavente explicou que a ideia é agrupar a oferta de ensino recorrente nas escolas que reúnem melhores condições para o desenvolvimento de projectos de educação de adultos, numa lógica de rentabilização de recursos.

Segundo a secretária de Estado, actualmente as escolas não fixam metas porque asseguram o ensino recorrente como uma actividade institucionalizada.

Por isso, a médio prazo, é intenção do Executivo que, gradual e voluntariamente, as escolas passem a candidatar-se a esta actividade, tal como já acontece com os currículos alternativos, apresentando um



projecto com resposta para um público preciso e com identificação dos recursos, das metas e do trabalho a desenvolver. Conseguído o financiamento para esse mesmo projecto, as escolas terão obrigatoriamente que prestar contas.

«Este aspecto da candidatura é importante porque permite rentabilizar recursos que têm sido desperdiçados», referiu.

Já para o próximo ano lectivo está previsto um sistema de avaliação diferente, segundo o qual qualquer formando que esteja inscrito há três anos no 3º ciclo ou no secundário recorrente e que tenha 75 por cento ou mais de unidades já capitalizadas em cada disciplina poderá aceder a um mecanismo de avaliação extraordinário.

Esta avaliação extraordinária revestirá a forma de prova por disciplina. Se forem realizadas com sucesso o formando adquire a titularidade do respectivo ciclo de estudos. Para o ministro da Educação, o reequacionamento do ensino recorrente tem a particularidade de ser desenvolvido juntamente com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Marçal Grilo disse que as medidas demonstram a importância que o Governo dá à optimização dos meios existentes, tendo em conta os elevados encargos financeiros que esta área acarreta.

«As nossas propostas são no sentido de, mantendo um modelo de grande rigor, continuar a dar satisfação positiva às expectativas dos adultos e dos jovens que abandonam a escolaridade obrigatória», afirmou.

Segundo Marçal Grilo, o ministério investe nesta área uma verba na ordem dos 60 milhões de contos e o objectivo é não re-

duzir o orçamento envolvido mas sim gastá-lo de forma diferente.

«Procuramos racionalizar a oferta sem a diminuir. Com os recursos envolvidos, e dado os níveis baixos de aproveitamento que o relatório revela, é possível seguramente fazer mais e melhor», acrescentou. O governante disse ainda que o relatório mostra o lado da ineficácia do actual sistema, mas também que existem grupos com experiências interessantes e importantes. «Importa dizer que este reequacionamento do ensino recorrente passa pelas estruturas do ministério, mas principalmente pelo envolvimento das escolas e dos professores», frisou.

### Um subsistema de contínuos abandonos

Destaque-se que o actual sistema de ensino recorrente, ou ensino para adultos, tem dificuldade em atrair e fidelizar o público-alvo, registando-se taxas de abandono e de insucesso superiores ao que seria esperado.

A uma procura elevada parecem corresponder também altos níveis de abandono/desistência na maioria das regiões. Esta é uma das conclusões de um relatório de avaliação do ensino recorrente que visou aprofundar o conhecimento sobre os objectivos, organização e funcionamento deste subsistema destinado a indivíduos que já não se encontram em idade normal de frequência do ensino básico e secundário ou que nunca os chegaram a frequentar.

Para os primeiros, o ensino recorrente constituiria uma segunda oportunidade de edu-

cação escolar, para os segundos, a primeira oportunidade que em devido tempo lhes foi negada.

Na verdade são estes dois grupos que procuram este tipo de ensino: um grupo maioritário de jovens provenientes do insucesso e do abandono escolar e um grupo minoritário de cidadãos dos restantes grupos etários, uns que também foram vítimas de insucesso e do abandono há décadas atrás, outros que nunca chegaram a frequentar determinado ciclo ou nível de ensino.

No 2º e no 3º ciclos, em regra, a maior fatia percentual de formandos situa-se na faixa etária dos 14 aos 19 anos, o que demonstra tratar-se de jovens recém-saídos do ensino regular.

Com o ensino secundário verifica-se sensivelmente o mesmo. Neste nível, o grupo etário dominante é o de 20-25 anos, seguido do de 19 anos.

Em termos de sucesso, o relatório revela que em nenhum dos níveis de ensino se consegue que pelo menos metade dos formandos inscritos sejam certificados.

Segundo o estudo, ao nível do 1º ciclo e em termos globais, verifica-se que este sistema certifica, em termos médios, entre 20 e 30 por cento dos matriculados, o que quer dizer que não consegue cumprir os seus objectivos em cerca de 70 por cento da população matriculada.

O 1º ciclo deste subsistema não consegue certificar um número aceitável de formandos, nem consegue afirmar-se como um contexto de aprendizagem atractiva e estimulante para o público cliente.

Ao nível do 2º ciclo, de acordo com o relatório, os cursos certificam na melhor das hipóteses cerca de 50 por cento dos alunos matriculados. Os abandonos, embora variáveis de região para região, são genericamente elevados, andando pelos 10 a 11 por cento.

Os dados relativos ao 3º ciclo indicam também uma baixa capacidade de mobilizar os alunos para a aprendizagem e de ajudar esses mesmo alunos a concretizar essas aprendizagens.

No ensino secundário os níveis de sucesso atingem valores ainda mais baixos. O número de alunos que consegue terminar todas as unidades capitalizáveis, no período compreendido entre 1992/93 e 1996/97 (no qual se centra o estudo) é baixo, situando-se entre os 0 e 1 por cento.

Outro dado considerado relevante é a alta percentagem de alunos matriculados que, em cinco anos, não conseguem concluir nenhuma unidade. Na melhor das hipóteses, 29,7 por cento e na pior das hipóteses 56,6 por cento não capitalizam nenhuma unidade.

O relatório detectou ainda outras fragilidades do sistema, entre as quais a precariedade dos recursos disponíveis, tradicionalmente muito dependentes de eventuais apoios da autarquia concelhia, a falta de estatuto dos coordenadores e a falta de perfil e formação específica dos formadores.

**SEGURANÇA RODOVIÁRIA** *Ciclomotores*

**CONDUÇÃO LEGAL COM 14 E 15 ANOS**

Ter 14 ou 15 anos, frequência do 7º ano de escolaridade, aproveitamento escolar no ano lectivo anterior, autorização do poder paternal e pelo menos 28 500 escudos permitirão, a partir de Fevereiro, a candidatura à condução legal de ciclomotores.

Além destes requisitos, a obtenção de uma licença especial de condução de ciclomotores para jovens com 14 e 15 anos, passada pela Direcção-Geral de Viação (DGV), passará, a partir da mesma data, pela aprovação num exame depois da frequência de um curso teórico-prático.

O projecto, que visa, entre outras finalidades, promover a aquisição de conhecimentos, comportamentos e atitudes essenciais à condução segura e legal de um ciclomotor na via pública, foi apresentado, no passado dia 20, em Lisboa.

Contribuir para a segurança rodoviária, promovendo a prevenção de acidentes, e interiorizar uma atitude de rigor, disciplina e de preocupação com a segurança são as outras principais objectivos deste projecto. De acordo com o secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, - que esteve presente na apresentação deste projecto - a criação desta licença especial é um «projecto estruturante» porque altera o primeiro contacto dos jovens com a circulação rodoviária.

«Além de estruturante, é inovador por ter associada a necessidade de aproveitamento escolar», sustentou Vara.

Com a criação desta licença, é possível que o comportamento cívico dos condutores portugueses mude pelo menos daqui a uma geração, referiu ainda.

Este curso - que terá a duração de 15 horas em cerca de duas semanas e meia - será



ministrado a nível nacional através, inicialmente, de nove escolas itinerantes da Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP).

O custo real deste curso - que só pode ser ministrado pela PRP - é de 47 500 escudos por candidato. No entanto, os candidatos só pagam 28 500 escudos porque a DGV suporta 40 por cento do investimento.

Segundos dados da Direcção-Geral de Viação, o total de condutores de ciclomotores implicados em acidentes com vítimas foi, respectivamente, de 14 364 em 1997 e de 15 039 em 1996.

Em relação aos próprios condutores de ciclomotores, em 1997, 310 morreram e 12 527 ficaram feridos.

Em 1996, os números foram mais graves, com 336 condutores de ciclomotores mortos e 12 980 feridos.

Tanto em 1997 como em 1996, a maior percentagem de condutores de ciclomotores vítimas de acidentes pertenceu ao sexo masculino.

**DESPORTO**

*Violência*

**MIRANDA CALHA EXIGE MEDIDAS RÁPIDAS E CONCRETAS**

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, exigiu, no dia 20, maior eficácia e celeridade na aplicação dos instrumentos legais contra a violência, durante uma reunião do Conselho Nacional contra a Violência no Desporto (CNVD).

Miranda Calha decidiu presidir à reunião do CNVD, que decorreu no Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, numa altura em que diversos actos de violência têm ocorrido em vários estádios de futebol.

«É necessário erradicar a violência no desporto e isso passa por uma melhor eficácia da utilização dos instrumentos legais existentes», disse.

Segundo o responsável pelo Desporto «existem medidas concretas e punições que devem ser postas em prática imediatamente por forma a erradicar o fenómeno da violência».

«Há instrumentos para actuar em relação a toda esta tipologia de acções violentas e o que eu vim pedir aos elementos do Conselho é que os coloquem em prática o mais rápido possível», frisou.

Interrogado sobre as recentes agressões a jornalistas da Lusa, SIC e TVI no estádio D. Afonso Henriques após o encontro de futebol Guimarães-Boavista (2-3) de domingo, Miranda Calha apenas comentou que «são cidadãos e agentes ao serviço das actividades desportivas, pelo que também estão cobertos em termos de penalizações

a serem aplicadas aos agressores». Nesse sentido, o secretário de Estado lembrou um protocolo assinado entre o Sindicato de Jornalistas, Clube Nacional de Imprensa Desportiva (CNID) e Liga Portuguesa de Futebol Profissional no sentido de proteger os trabalhadores da comunicação social.

O CNVD foi criado pela lei 38/98 de 4 de Agosto - tendo os seus membros tomado posse a 4 de Novembro - e visa prevenir e controlar as manifestações de violência associadas ao desporto e promover a segurança das competições desportivas.

Na reunião da semana passada estiveram presentes Vasco Lynce, presidente do Conselho, Paulo Jorge Valente, representante da Ministério da Administração Interna, Vasco Prazeres do Ministério da Saúde, Rui Alberto Gouveia Santos, em representação da Madeira, Francisco José Vieira Fernandes em representação dos Açores. Estiveram igualmente presentes os representantes das ligas profissionais de basquetebol e futebol, José Manuel Meirim e José Veloso Cardoso, respectivamente, Alberto Silveira, do Comité Olímpico de Portugal, António Carraça, em representação das organizações profissionais de praticantes desportivos, Fernando Claro, indicado pela Confederação do Desporto de Portugal e Cabral Faria, técnico de engenharia de infra-estruturas desportivas.

**COOPERAÇÃO**

*Aperfeiçoamento profissional*

**PORTUGAL E SUÍÇA ACORDAM INTERCÂMBIO DE ESTAGIÁRIOS**

Os jovens portugueses e suíços podem, a partir de agora, efectuar estágios de aperfeiçoamento profissional em Portugal ou na Suíça, no âmbito de um protocolo de intercâmbio de estagiários estabelecido entre os dois países.

O protocolo foi assinado, recentemente, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e pelo Office Fédéral des Étrangers (OFE), sendo também estas as entidades responsáveis pela sua aplicação nos respectivos países.

De acordo com o documento, o protocolo destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que pretendam realizar um estágio de aperfeiçoamento profissional, no âmbito da formação que possuem, em empresas consideradas idóneas pelas entidades competentes no país de acolhimento.

Os candidatos interessados em participar neste intercâmbio devem enviar ao IEFP ou à DGACCP, no caso de Portugal, e ao OFE, na Suíça, os seus pedidos de estágio, acompanhados de todas as informações necessárias à apreciação do pedido e à admissão no país de acolhimento.

Os interessados devem fazer prova de pos-

suírem uma formação profissional não inferior a dois anos e não podem exercer ou efectuar outro estágio de aperfeiçoamento senão o constante na autorização.

Também não poderão permanecer no país de acolhimento à procura de emprego após o termo do período de aperfeiçoamento.

Segundo o protocolo, o estágio tem uma duração de 12 meses e só em casos excepcionais é que será prolongado por um período máximo de seis meses.

«Os estagiários auferem a remuneração e demais condições de trabalho previstas nas convenções colectivas em vigor ou, na sua falta, os salários normalmente praticados na região e na respectiva profissão», lê-se no protocolo.

Refere ainda que os encargos relativos às viagens de ida e regresso são, em princípio, suportados pelos estagiários.

Se não existir nenhum acordo entre o estagiário e o empregador, este último é responsável pelos seguros de doença e acidentes do estagiário, podendo a entidade patronal deduzir do salário a parte das cotizações sociais a cargo do estagiário.

O protocolo sublinha ainda que o número de estagiários a admitir por cada um dos países não pode exceder 50 por ano civil.

**JUVENTUDE**

*Viana do Castelo*

**POUSADA PRONTA ATÉ AO VERÃO**

A pousada de juventude de Viana do Castelo, em construção junto ao rio Lima, deverá estar a funcionar já no princípio do Verão, revelou, no dia 21, o «Jornal de Notícias».

Reclamado há muito tempo pelo município, o equipamento sofreu alguns atrasos devido a problemas nas fundações, provocados pela toalha de água do rio Lima, refere o periódico.

Para aquela zona, do Parque da Cidade, predominantemente marcada por actividades náuticas, encontram-se também previstos vários equipamentos de desporto e lazer, como a piscina da Escola Desportiva de Viana.

Segundo o matutino, a pousada, investimento que ronda o meio milhão de contos, contará 82 camas, distribuídas por oito quartos duplos, dois para deficientes motores e 16 camaratas.

Entre os serviços destacam-se uma área polivalente, destinada a conferências e exposições, um bar, um refeitório, cozinhas e lavandaria.

Segundo o delegado do Instituto Português da Juventude (IPJ) de Viana, Fernando Cabodeira, o local do equipamento apresenta-se como «muito atractivo», dado situar-se junto ao rio e no epicentro de espaço vocacionado para a juventude.

Com a abertura da pousada de Viana, o Alto Minho passará a contar com dois equipamentos do género, tendo sido o primeiro a unidade de Cerveira, uma pousada que conta já dez anos de existência.

Entretanto, um projecto de beneficiação da pousada de Cerveira está a ser analisado pela Câmara de Viana do Castelo e as obras, orçadas em cerca de 120 mil contos, devem arrancar ainda este ano.

HOMENAGEM

Piteira Santos

«O HOMEM QUE FOI ABRIL ANTES DE ABRIL»

**O** resistente antifascista, antigo director-adjunto do «Diário de Lisboa, escritor e professor, Fernando Piteira Santos, foi alvo no passado sábado de uma sentida homenagem, que decorreu no espaço Recreios Desportivos da Amadora. Mário Soares, Manuel Alegre, Lopes Cardoso, Vasco Lourenço, Baptista-Bastos, Ruela Ramos e Lyon de Castro foram alguns dos amigos de Piteira Santos presentes nesta homenagem na cidade da Amadora, onde o resistente antifascista nasceu e a que ofereceu o seu fundo bibliográfico para a futura Biblioteca Municipal de Fernando Piteira Santos. Ruela Ramos, director do extinto «Diário de Lisboa», de que Piteira Santos foi director-adjunto e, mais tarde, autor da prestigiada coluna «Política de A a Z», lembrou o combate travado por aquele que «podia ter sido tudo depois do 25 de Abril». O editor Lyon de Castro, por sua vez, re-

cordou a intervenção preciosa de Piteira Santos no projecto «Ler» da Europa-América. Naqueles tempos difíceis, sublinhou, «Piteira Santos nunca cedeu à pressão da censura». O camarada Manuel Alegre que partilhou o exílio na Argélia com Piteira Santos, falou bastante emocionado sobre este seu antigo companheiro na luta antifascista. «Em parte aprendi a escrever com ele», disse o dirigente histórico do PS, sublinhando que «Piteira Santos era uma espécie de Torre do Tombo viva que sabia de tudo e de todos». O camarada Manuel Alegre classificou ainda Piteira Santos como «um homem que foi Abril antes de Abril» e que foi, à sua maneira, «um capitão de Abril». Amigo de décadas de Piteira Santos, falecido em 1992, com 74 anos, o camarada Mário Soares lembrou os tempos em que ia à Amadora para visitar um «amigo», ape-



sar do muito mal que sobre ele escreveu na coluna «Política de A a Z». Ainda sobre o homenageado, o camarada Mário Soares sustentou que «podia ter sido

tudo depois do 25 de Abril», uma vez que tinha «inteligência, capacidade, dedicação e entusiasmo».

J. C. C. B.

Feméride  
**Movimento dos Capitães crítica política «ultramarina»**

A 23 de Janeiro de 1974 o «Movimento dos Capitães» divulga informações sobre a situação criada em Moçambique, na sequência de incidentes entre colonos brancos e elementos das Forças Armadas. Exige que os militares «deixem de ser enxovalhados». Denuncia a possibilidade de as Forças Armadas viem a ser apresentadas pelo Governo de Marcelo Caetano como responsáveis pelo fracasso da «política ultramarina do regime». Aventa, finalmente, a hipótese de aqueles acontecimentos terem por objectivo criar condições para a reestruturação em Moçambique e Angola de regimes de «apartheid» semelhantes aos então existentes na África do Sul e Rodésia. J. C. C. B.

DIREITOS HUMANOS E...

Direitos de autor

MÁRIO SOARES MEMBRO DE COMITÉ CONSULTIVO DA OMPI

O ex-Presidente da República Mário Soares foi convidado pelo director-geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Kamil Edris, para integrar o Comité Consultivo para as políticas desta organização do sistema das Nações Unidas. Este comité, o PAC, foi recentemente criado pelo director-geral da OMPI e é constituído por personalidades de vários países, que vão identificar e analisar as principais actividades da OMPI no campo da propriedade intelectual (direitos de autor) e formular recomendações para o desenvolvimento das políticas deste sector. O comité, além de Mário Soares, será constituído por outras personalidades de renome mundial e a primeira reunião deverá ser marcada para Abril. Segundo fonte diplomática Mário Soares terá aceite integrar este órgão consultivo da OMPI. A OMPI foi criada em 1967 pela Convenção de Estocolmo com o objectivo de promover a protecção da propriedade intelectual através da cooperação entre os Estados.

Soares disposto a testemunhar contra Suharto

Entretanto, Mário Soares disse estar disponível para testemunhar contra o ex-ditador indonésio Suharto. Soares, que falava aos jornalistas, na passada quinta-feira, dia 21, em Lisboa, momentos antes de apresentar o livro do ex-

Presidente José Sarney, «O Dono do Mar», afirmou: «Naturalmente que disse que sim, serei uma das testemunhas». Mário Soares alertou no entanto que será «necessário ouvir primeiro os juristas» quanto à capacidade de levar a cabo o julgamento. Soares considerou que este julgamento «tem toda a legitimidade, ou até ainda mais que o de Pinochet». O ex-Presidente português afirmou que «toda a Indonésia está actualmente em transição» e disse esperar que esta transição «beneficie o processo de autodeterminação do povo de Timor-Leste». Suharto ordenou a invasão da ex-colónia portuguesa de Timor-Leste em 1975, na sequência da qual organizações humanitárias calculam que tenham sido assassinados mais de 200 mil civis timorenses. A organização «Direito e Justiça» é a secção portuguesa da Comissão Internacional de Juristas, com sede em Genebra, na Suíça, e que irá formalizar este processo contra o ex-ditador. Os juristas que promovem a participação aguardam ter «pelo menos dez a 15 testemunhas» de acusação, nomeadamente José Ramos-Horta, co-laureado com o Prémio Nobel da Paz 1997, e o líder da Resistência Timorense, Xanana Gusmão. A Indonésia anexou Timor-Leste em 1975, mas as Nações Unidas continuam a reconhecer Portugal como potência administrante do território.

AMBIENTE

Elisa Ferreira garante

ÁGUA COM QUALIDADE NO ALGARVE

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, disse, no dia 22, em Tavira, que até ao final do Verão a população do Algarve terá água de qualidade a correr nas suas torneiras. Elisa Ferreira falava aos jornalistas após a inauguração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sotavento Algarvio, localizado em Tavira, onde referiu que até Setembro seria inaugurado o sistema de abastecimento do Barlavento. «Espero que em Setembro seja possível fazer uma cerimónia deste género para garantir o abastecimento de água a essa parte do Algarve», referiu a governante. A ministra provou a água que abastece agora sete concelhos do sotavento algarvio, e considerou-a de «óptima qualidade». «Isto é uma mudança brutal na imagem do Algarve e na qualidade de vida das pessoas que aqui vivem e que aqui vêm passar férias», disse Elisa Ferreira, referindo que, após tantos anos em que a água algarvia foi considerada de má qualidade, esta já não apresenta nitratos ou cloretos nas suas análises. Segundo a ministra do Ambiente, os algarvios não sofriram somente com a qualidade da água mas também, com a sua quantidade, problemas estes que foram

agora resolvidos. «Esta é uma solução que garante quantidade e qualidade de água com segurança, porque o abastecimento é feito pelas Barragens de Odeleite e do Beliche, que guardam a água do tempo da abundância para o tempo da seca, estabilizando o abastecimento durante todo o ano», disse. O sistema, um investimento de 14 milhões de contos, compreende duas Estações de Tratamento de Água (ETA) com capacidade para tratar 200 mil metros cúbicos por dia, 130 quilómetros de condutas adutoras e sete estações elevatórias para transportar a água até 23 reservatórios de distribuição. A construção, exploração e gestão do sistema é da responsabilidade da Sociedade Águas do Sotavento Algarvio, concessionária do Estado português, através do Ministério do Ambiente. O sistema vai servir a população dos concelhos de Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António, estimada actualmente em cerca de 450 mil pessoas. O consumo anual previsto actualmente está estimado em 26 milhões de metros cúbicos, devendo atingir os 44 milhões no ano de 2024.

ECONOMIA

Trabalho infantil

## PINA MOURA APELA A CUMPRIMENTO DA LEI PELOS EMPRESÁRIOS

**A**lguns «empresários» sem escrúpulos de qualquer espécie continuam em recorrer ao trabalho infantil, um flagelo que o Governo socialista está empenhado em combater. Estes «empresários», que se colocam à margem da lei, para além do mais fazem concorrência desleal aos empresários que não recorrem à mão-de-obra de menores. Atento a este fenómeno que urge combater, o ministro da Economia, Pina Moura, apelou aos empresários para que «cumpram rigorosamente a lei» no que respeita ao trabalho infantil, garantindo às crianças «o tempo necessário para maturarem os seus conhecimentos».

Pina Moura, que falava no dia 18 aos jornalistas em Leiria, no final da cerimónia de contratualização de projectos de investimento ao abrigo da medida 3.3 do PEDIP, mostrou-se «preocupado» com os resultados de um inquérito da Comissão Nacional Contra o Tra-



balho Infantil, que apontam para a existência de 33 mil crianças a trabalharem em Portugal. Sublinhando a «eficácia» da acção do Ministério do Trabalho no combate ao trabalho infantil, Pina Moura apelou aos empresários para que «não façam falsa concorrência» utilizando mão-de-obra menor, contribuindo

assim para combater um «fenómeno social e economicamente indesejável».

O ministro da Economia, minutos antes deste apelo, congratulou-se com o sucesso da medida 3.3 do PEDIP, que desde Fevereiro de 1998 apoiou 87 projectos industriais, os quais permitiram criar mais 3 300 postos de trabalho e representaram um investimento superior a 100 milhões de contos.

De salientar que no dia 18, em Leiria, foram contratualizados 39 contratos, correspondentes a cerca de 32 milhões de contos de investimento e a 940 novos postos de trabalho.

No âmbito geral dos incentivos geridos pelo Ministério da Economia, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, «foram aprovados mais de 12 mil projectos, representando 2 450 milhões de contos de investimento», nas áreas da indústria, energia, turismo e comércio, referiu Pina Moura.

A confiança do tecido empresarial portu-

ês foi também destacada pelo ministro, que referiu a parceria entre os sectores público e privado nos últimos cinco anos, responsável por um investimento superior a 20 mil milhões de contos.

### 200 mil novos empregos

«Foi esta aposta decisiva no investimento que gerou a capacidade da economia portuguesa em criar 200 mil novos empregos só nos últimos três anos», afirmou.

Pina Moura apelou depois ao «reforço desta parceria», por forma a serem vencidos os desafios colocados pela entrada em vigor do euro.

Após esta cerimónia, realizada na sede da Associação Empresarial da Região de Leiria (NERLEI), Pina Moura inaugurou a delegação de Leiria do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI).

ECONOMIA

IEFP

## DESEMPREGO BAIXA PELO 24º MÊS CONSECUTIVO

**O**s números não enganam. A política macroeconómica implementada pelo Governo socialista tem criado as condições para que de uma forma sustentável o desemprego tenha vindo a diminuir consecutivamente desde há dois anos.

O número de pessoas à procura de emprego baixou em 1998 pelo segundo ano consecutivo em média mensal, de acordo com os dados divulgados no dia 12 pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Em termos absolutos, o IEFP registou em 1998 uma média mensal de 400 662 pessoas à procura de empregos inscritos nos

centros do instituto, menos 9,5 por cento face aos 442 869 inscritos em 1997, ano em que tinha registado uma redução de 5,3 por cento face ao ano anterior.

No final do mês de Dezembro de 1998 havia 384 058 pessoas inscritas nos centros de emprego à procura de trabalho, contra 420 756 em igual mês de 1997, um decréscimo de 8,7 por cento.

Segundo os dados divulgados pelo IEFP, a redução do desemprego em Dezembro do ano passado - a 24ª quebra mensal consecutiva - foi mais acentuada para os homens (-10,8 por cento) do que para as mulheres (-7,2 pc), e particularmente significativa para os indivíduos com menos de

25 anos (-18,3 por cento face a igual mês do ano anterior).

Os desempregados de longa duração (indivíduos à procura de emprego e inscritos nos centros de emprego há mais de um ano) representavam no final do ano 46 por cento do total.

Em Dezembro as ofertas de emprego registavam um aumento de 17,6 por cento em média mensal, cifrando-se em 12 935, contra 10 999 em 1997.

A região de Lisboa e Vale do Tejo era, no final de Dezembro, a que registava mais desemprego registado (36,8 por cento do total nacional), seguida do Norte (35,2 por cento) e do Centro (13,4 por cento).

No extremo oposto estavam a Madeira (1,3 por cento) e os Açores (2,2 por cento).

### Insustentável precariedade do emprego

Por sua vez, o Alentejo e o Algarve contribuíam, respectivamente, com 7,4 e 3,7 por cento do total do desemprego registado. Com a economia em crescimento e o desemprego a diminuir, estão criadas as condições para se lutar pela qualidade do emprego, ou seja, para se implementar uma política que combata a precariedade do emprego que regista níveis insustentáveis.

FISCALIZAÇÃO

Trabalho temporário

## MAIORIA DAS EMPRESAS NÃO CUMPRE A LEI

**E**scândalo. A esmagadora maioria das 170 empresas de trabalho temporário registadas em Portugal praticam inúmeras ilegalidades.

A afirmação é do próprio presidente da Associação de Empresas de Trabalho Temporário, Mário Vieira, e parece confirmada em pleno pelos últimos números divulgados pela Inspeção-Geral de Trabalho (IGT), que na sequência de uma acção fiscalizadora a várias empresas que operam neste segmento de mercado, instau-



rou 136 processos.

Foram ainda detectadas dívidas de 38,9 mil contos à segurança social e 104 mil aos trabalhadores, o que constitui um autêntico escândalo que não pode passar impune.

De salientar que os fiscais visitaram apenas 12 empresas.

O não cumprimento da lei abrange, por outro lado, as entidades que utilizam este tipo de empresas.

Segundo o «Diário de Notícias», da lista de empresas de trabalho temporário apanhadas em falta pela IGT constam as maiores

do sector.

Por via da acção da IGT, 45 trabalhadores em situação ilegal passaram aos quadros permanentes de empresas utilizadoras. Simultaneamente, foram-lhes instaurados 18 processos, a que corresponde um mínimo de 13,5 mil contos em coimas.

De salientar que a IGT enviou uma circular a todas as entidades potencialmente clientes das empresas de trabalho temporário, que incluem as grandes sociedades anónimas sucessoras das empresas públicas, sensibilizando-as para a legislação em vigor.



## Abrantes

### Concursos sobre o 25 de Abril

No âmbito das comemorações de mais um aniversário do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Abrantes vai promover a realização de vários concursos temáticos, que, sob as formas de Poesia, Conto, Ensaio, Desenho, Fotografia e Recorte de Jornal, permitirão aos jovens do concelho dar largas à sua imaginação, relembrando os ideais de liberdade e democracia que resultaram da Revolução dos Cravos, que alterou profundamente o nosso modo de estar e a vida de todos os portugueses.



O concurso intitula-se «25 de Abril: Liberdade e Cidadania» e os trabalhos deverão ser entregues na Divisão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto da Câmara Municipal de Abrantes durante Fevereiro.

## Anjos

### Exposição de pintura de Maria Ângelo

No âmbito do espaço «CulturAnjos», a comemorar o primeiro ano de actividade, durante o qual a Junta de Freguesia dos Anjos organizou concertos, colóquios e exposições, quer de pintura quer de fotografia, está patente ao público até ao dia 20 de Fevereiro uma exposição da pintora Maria Ângelo.

A mostra será inaugurada amanhã e ficará aberta ao público, no espaço «CulturAnjos», Rua Damasceno Monteiro, 128-A, de segunda a sexta-feira, das 17 às 19 e 30, e aos sábados, das 15 às 18 horas.

Maria Ângelo é uma artista autodidacta residente na Freguesia dos Anjos, tendo desde 1993 vindo a desenvolver um trabalho criativo de acordo com o seu imaginário. Artista da mais fina sensibilidade, é perante uma tela que dá largas ao seu sonho, questionando sobre a própria existência, sempre na beleza das formas e na procura de traduzir toda a serenidade e revolta que vão dentro de si.

## Cascais

### Programa de apoio alimentar para alunos carenciados

A Câmara Municipal de Cascais vai possibilitar o desenvolvimento do programa

de apoio alimentar da Santa Casa da Misericórdia local através da entrega de um subsídio no valor de cerca de 40 mil contos beneficiando 1 500 alunos carenciados.

Este programa vai possibilitar a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, que frequentam o 2º período lectivo do 1º ciclo escolar, uma refeição quente por dia.

A autarquia de Cascais cede anualmente cerca de 150 mil contos para o desenvolvimento do Programa de Apoio Alimentar durante os três períodos do ano escolar.



### Linha verde do ambiente

A funcionar 24 horas por dia, 0800 203 186 é o novo número de telefone gratuito criado pelo município de Cascais para recolha de sugestões e reclamações na área do ambiente.

Este novo número vai possibilitar aos municípios a marcação de serviços para recolha gratuita de cortes de jardins e «monstros», nomeadamente mobílias velhas, colchões e electrodomésticos, entre outros.

Este serviço de recolha permitiu durante o ano passado retirar mais de mil toneladas destes tipos de resíduos das ruas do concelho de Cascais.

## Fafe

### Câmara entrega telemóveis a juntas e escolas do concelho

O município de Fafe entregou às Juntas de Freguesia do concelho um telemóvel para facilitar as comunicações entre a autarquia e os eleitos locais.

Quase todas as Juntas se interessaram pela disponibilização daquele meio de comunicação, entregue durante uma cerimónia que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Foram também entregues telemóveis a 37 estabelecimentos de ensino do concelho, que manifestaram interesse nesse sentido.

### Protocolo com a Orquestra do Norte

A Câmara deliberou renovar o protocolo com a Associação Norte Cultural – Orquestra do Norte, para a realização de concertos pedagógicos e autárquicos, num horizonte temporal de três anos (1999 a 2001). Para este ano, a comparticipação da Câ-

mara ascende a 3 000 contos e estão previstos desde já quatro concertos autárquicos, o primeiro dos quais no dia 5 de Março.



## Marinha Grande

### Revolta do «18 de Janeiro 1934»

A Biblioteca Municipal da Marinha Grande evocou, entre 15 e 23 de janeiro, através de uma exposição temática intitulada «A Marinha Grande e o 18 de Janeiro de 1934», a revolta que à época fez tremer o regime fascista, autodenominado Estado Novo, e que apesar de denominada pelos esbirros de Salazar, de uma forma sangrenta, passou a constituir um marco e uma referência do movimento operário português.



### Nova Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal da Marinha Grande vai mudar de instalações após as obras de restauro, conservação e adaptação que vão decorrer no Palácio dos Stephens, localizado junto ao Museu do Vidro.

De salientar que as obras previstas representam um investimento calculado em cerca de 100 mil contos.

A fase seguinte do projecto será a do lançamento do concurso da nova Biblioteca, que deverá entrar em funcionamento até ao ano 2000 e possuirá, para além das salas de leitura, bar, auditório, videoteca, mediateca, sala de periódicos e espaços para crianças e adultos.

### Horários alargados nos jardins-de-infância

Por iniciativa da Câmara Municipal da Marinha Grande, a rede de jardins-de-infân-

cia, implantada em cerca de 95 por cento do concelho, passará a receber crianças até às 18 horas, quando apenas o vem fazendo até às 15 horas.

Esta medida, de largo alcance social, pretende apoiar e auxiliar os pais durante o período laboral e que não têm onde deixar os filhos, estando a aplicação do novo horário dependente do acordo entre a autarquia, pais e jardins-de-infância, sendo ponto assente que o alargamento terá de ser acompanhado pelo reforço das equipas de trabalho.

## Lisboa

### «Vamos todos ao mercado»

Um projecto camarário, denominado «Vamos todos ao mercado» e destinado às crianças das escolas oficiais do primeiro ciclo do Ensino Básico, arrancou no passado dia 21 no Mercado Municipal de Benfica.

O projecto inclui, entre outros pontos, uma visita ao mercado, a realização do «Jogo do Mercado» em que umas crianças fazem de comerciantes e outras de compradores, com simulações de pagamentos e trocos, e, finalmente, a confecção de uma refeição nas escolas com a participação dos alunos.



O projecto camarário tem como objectivo a divulgação dos mercados municipais junto das crianças e motivar as suas famílias a abastecerem-se nos tradicionais mercados urbanos.

Trata-se de um processo de defesa dos mercados tradicionais com a participação das crianças, numa zona em que a oferta de outras zonas de comércio, nomeadamente super e hipermercados é muito grande.

O projecto propõe-se também sensibilizar as crianças e familiares bem como o pessoal das cantinas escolares para a importância de uma alimentação saudável, questão especialmente do interesse de famílias carenciadas.

«Vamos todos ao mercado» assume-se também como um projecto com objectivos pedagógicos e de estreitamento da relação entre a comunidade e a escola.

Os visitantes, guiados por dietistas, percorreram no passado dia 21 todos os sectores do mercado de Benfica, onde foram alertados, nomeadamente, para aspectos da higiene, exposição dos produtos, as relações entre a alimentação e a saúde.

## RENOVAÇÃO À ESQUERDA



**1.** Os anos 90 trouxeram consigo a vacilação de quase todas as convicções políticas, que, de um ou de outro modo, balizaram o séc. XX. Em geral, utiliza-se a metáfora da queda do Muro de Berlim, que, sintética, e simboliza, esta situação, que, no essencial, se caracteriza como de colapso das ideologias e de crepúsculo de todo o pensamento político.

Tudo se passou como se, com o fim do comunismo, se tivesse desencadeado um processo global, que, iniciado com o esbatimento de todas as diferenças ideológicas, rapidamente conduziu à deslegitimação da própria política, cada vez mais rendida ao mercado e identificada com a mera gestão: foi a época de ouro do liberalismo, entregue a uma insensata volúpia financeira.

O garrote foi, sem dúvida, eficaz, durante algum tempo. Se a recente crise financeira mostrou bem as ilusões em que ele assentava ao evidenciar as funestas consequências dos seus próprios princípios, convém, no entanto, por outro lado, perceber também que as transformações dos anos 80 começaram bem antes, com rupturas talvez menos espectaculares, mas não menos poderosas do que a da queda do muro. É útil, por isso, como recentemente lembrou num livro notável Marcel Gauchet, olhar mais para trás, para o fim dos anos 60. Se hoje a matriz individualista se impõe aos desígnios da sociedade de massas, se hoje as potencialidades da sociedade de informação alteram os padrões da sociedade de consumo, se hoje uma lógica lúcida sacode os imperativos normativos da vida individual e colectiva, tudo isso aconteceu e acontece porque há cerca de 30 anos se iniciou um processo que tem vindo a alterar profunda e inexoravelmente a nossa civilização.

2. Gauchet chamou a este fenómeno «a saída da religião». Mas, atenção, esta expressão não designa nenhuma oscilação nos mecanismos da adesão e, inédita que se trata, é de uma efectiva mudança de era, do início de uma era em que a religião deixa, e definitivamente, de estruturar a vida dos indivíduos e das comunidades, em que ela se lhe metamorfoseia transitando agora para um regime opcional, de matriz subjectiva, de pura imanência.

Simplemente, como a autonomia da política se constituiu, desde o séc. XVIII, num processo de conflitualidade com a religião, o esboroamento desta como esfera separada, transcendente, rapidamente desencadeia consequências múltiplas, que vão atingir com impacto o estatuto da política, a concepção e prática da democracia, o exercício da cidadania, o perfil do Estado: «Mais nada poderá restituir a sua antiga energia espiritual ao sacerdócio do cidadão, a majestade moral do Estado, aos sacrifícios no altar da coisa pública. Estes instrumentos de culto perderam irremediavelmente a sua função» (*La Religion dans*

*la Démocratie*, p. 65).

No cerne deste processo está o indivíduo, que conquistou um novo papel, como se vê na cada vez maior importância que a garantia dos direitos do indivíduo adquiriu, com claro prejuízo da reivindicação do exercício de soberania dos cidadãos em comunidade. E com esta supremacia do indivíduo declinam-se de outro modo as relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o público e o privado, numa subtil metamorfose que gradualmente esvazia a política das suas formas e dos seus conteúdos tradicionais.

3. O individualismo que aqui emerge é, no entanto, um individualismo transfigurado, que corta com a associação que desde o séc. XVIII ligava as figuras das subjectividades e o exercício de cidadania. Esta ligação baseava-se num traço comum, o da identidade «transcendente» que os homens adoptavam como cidadãos, e à qual submetiam as suas particularidades, permitindo que a individualidade, a subjectividade e a humanidade convergissem e se conjugassem harmoniosamente. Com o novo individualismo, o que acontece, na feliz expressão de Gauchet, é a «aproximação subjectiva da objectividade social», tornando-se assim possível multiplicar os universos de integração de cada indivíduo num contexto de fragmentação das identidades, em rigor cada vez mais enquadrado pelo pluralismo do que pela tolerância

É que quando o regime de pura afirmação da individualidade substitui o regime das convicções, a esfera privada passa a ser vital. Isto é - e este facto alimenta muitos dos paradoxos dos nossos dias -, cada vez mais se subjectiviza a identidade, mas esta só tem sentido para os indivíduos quando é inscrita no espaço público. É por isso que a nossa sociedade «aceita cada vez menos falar de política, obcecada pelo valor e significação supremos com que indivíduos e grupos se identificam».

Aqui, é altura de perguntar: neste quadro, em que é que se tornou a política? Sem confronto com qualquer tipo de transcendência, desvinculada de qualquer área do segredo, a política sofreu o mais forte abalo dos tempos modernos, que a deixou numa situação insólita, perante um duplo e paradoxal imperativo: por um lado, exigem-se-lhe respostas e projectos que só uma referência ao colectivo podem legitimar e sancionar, por outro, impõe-se-lhe uma neutralidade que não belisque a área, cada vez mais vasta e protegida, reservada e individual.

Não admira, pois, que a política de hoje lembre cada vez mais a retórica tematizada por Aristóteles, como uma arte fundamental na vida da *polis* de agenciar compromissos e de negociar distâncias. É que num contexto em que «o Estado se esvaziou de substância normativa (...), a autoridade está votada a multiplicar em permanência os signos da sua proximidade, da sua aten-

ção, da sua abertura ubíqua às tendências e aos actores da vida social» (p. 113), bom, num tal contexto, o que verdadeiramente está em jogo é o próprio destino da política, ou seja, a sua capacidade de reinvenção.

4. E está dependente, por inteiro, de sermos ou não capazes de responder a uma questão muito pragmática: qual é a diferença que, no campo político, torna diferentes as diferenças?

Dito de outro modo: será hoje possível escapar ao pantanoso consensualismo dominante, avançando alternativas efectivas que conduzam a novas formas de esperança? Boa parte das décadas de 80 e 90 foi gasta a dizer que não, que basta deixar o mercado funcionar, acompanhado, se possível, de bons gestores. Em face disto, a resposta europeia das últimas eleições tem sido, por outro lado, um sinal de alerta a uma exigência de renovação da imaginação política. Estar ou não à altura das circunstâncias é o desafio que se coloca actualmente às forças de esquerda - agora que estão no Poder. À esquerda, as alternativas que o séc. XX propôs foram alternativas globais: de Estado, de economia, de sociedade. A lição dos tempos, ao condenar as duas primeiras, quase apagou a terceira. Ora, é a este nível que é preciso apostar na renovação da esquerda, sublinhando que, como Lionel Jospin afirmou, aceitar uma economia de mercado não implica adoptar uma sociedade de mercado: é justamente nesta diferença que podem irromper as utopias concretas de que falam os socialistas franceses. Reinventa-se a política se, e quando, se dão novas respostas à pergunta: «Como queremos viver em conjunto?» No quadro de imanência hoje dominante, no contexto de apropriação individualista dos desígnios colectivos, qual é a diferença de esquerda «que torna diferentes as diferenças»? Esta diferença, a meu ver, existe e é possível sistematizá-la a três níveis: em primeiro lugar, assumindo as pessoas como referência permanente e a solidariedade como imperativo político (cortando aqui o economicismo liberal e a correlativa marginalização dos valores); seguidamente, introduzindo o futuro como ponto de vista da acção política (rompendo aqui com o vírus do imediato, tão do agrado da direita); por fim, em ruptura com a sacralização do mercado, a esquerda só pode ter uma concepção instrumental do mercado, sempre dependente das opções da comunidade em relação às suas ambições e esperanças.

5. Assim pensada, a diferença entre a esquerda e a direita continua claramente a existir: o que ela felizmente não faz é cobrir todo o campo das opções das indivíduos e das sociedades. Isto deixa, naturalmente, os partidos políticos em face de desafios inesperados. A política tradicional está em colapso.

Porque não viu a tempo - leiam-se, a propósito, os textos de John Zaller - que a sua dimensão partidária se desdobrou numa outra, mediática. E que hoje o jogo se faz numa interface que, em rigor, ninguém controla. A articulação mediática impõe uma nova gramática aos partidos políticos, isto é, que saibam combinar três características: serem instrumentos de poder, mas serem também antenas da sociedade e laboratórios de ideias com vocação inspectiva. Esta nova gramática torna inúteis diversas querelas como a de saber-se se devem privilegiar eleitores ou militantes: ela tem de saber combinar - mas não foi já essa a inspiração dos Estados Gerais de 94/95? - a fidelidade a um campo, típico dos militantes, com a adesão a um projecto, característica dos eleitores.

Como diria Tocqueville, o que é preciso é que a política se inspire nas «paixões democráticas» que emergem neste fim de século e de milénio e saiba potenciar todos os elementos de uma Europa «rosa». E se isto ocorre quando é evidente o naufrágio dos dogmas liberais das últimas décadas - nomeadamente a desregulamentação generalizada e o livre-cambismo -, ocorre também quando o euro revela potencialidades políticas talvez inesperadas, ao mostrar, como se acaba de ver, que pode proteger eficazmente a Europa de ataques especulativos contra as suas economias.

Configura-se assim, no presente, um quadro político de renovação à esquerda que pode ser decisivo: renovar o perfil dos partidos, reorientar a sua dinâmica e abrindo-os mais à sociedade, talhar a alternativa de sociedade que acolha o máximo de esperança para os cidadãos, apostar na Europa mais coesa através de novos instrumentos de regulamentação e de novos objectivos estruturantes, que assumam a educação e a cultura como pilares fundamentais da construção europeia.

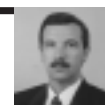
Para quem começou em 94/95 a renovar a esquerda portuguesa, hoje faz pouco sentido o «debate» em torno da Terceira Via. A nova via da nova esquerda, do novo socialismo, está desde então bem definida. E consiste tanto em romper com os anquilosados dogmas da esquerda como em recusar o frenesim monetarista da direita.

E esta linha tem exemplos concretos na governação dos últimos anos.

Seria um erro desperdiçar este capital histórico num debate importado que, no essencial, confunde tudo - os contextos nacionais, as características das lideranças, os problemas específicos de cada país -, esquecendo que, igualmente no que se refere à esquerda e a sua renovação em curso, a Europa constitui, acima de tudo, uma diversidade convergente: que tem sabido e continua a saber inventar projectos comuns sem atrofiar as suas diferenças.

Ministro da Cultura  
In «Diário de Notícias»





## EU CAÇADOR ME CONFESSO

**S**ou um dos onze deputados do Partido Socialista que não assinou o anteprojecto de lei que pretende defender a vida animal e cujo primeiro subscritor é a minha colega Dra. Rosa Albernaz.

Neste aspecto particular, com esta atitude, fico reduzido no seio do grupo parlamentar do PS, à condição de uma saudável minoria.

Digo saudável, porque não há nada mais reconfortante do que sentirmo-nos bem com a nossa consciência, por termos assumido, um determinado comportamento em coerência com a nossa forma de ver e sentir a vida e assim sentimo-nos bem dentro da nossa pele.

Convém esclarecer as coisas. Aceito a legitimidade que têm os meus colegas ao subscreverem o dito documento. Penso até que a esmagadora maioria dos deputados dos restantes partidos também o faria, porque da forma como é apresentado parece pacífico e em defesa de uma causa útil e simpática. É também fácil entender que diariamente cheguem à Assembleia da República, centenas de assinaturas dinamizadas por grupos ambientalistas para reforço do dito anteprojecto. Porém, na vida há diferenças e ainda bem que as há, logo é necessário perceber e respeitar as diferentes sensibilidades e os argumentos que as sustentam.

Pugnar pela defesa dos direitos dos animais, de todos os animais, é verdadeiramente uma atitude de grande elevação. Não aceito que alguém diga que respeita e gosta mais dos animais do que eu próprio. Pode gostar e respeitá-los de forma diferente. Efectivamente, todos os seres vivos merecem admiração e respeito, mas tanto respeito merece a lebre que corre à frente dos galgos como as proscritas lagostas que decoram morbidamente os aquários dos restaurantes condenadas à morte em água a ferver. E deste bárbaro procedimento ninguém fala...

Aqui em Lisboa, já pude verificar alguns restaurantes cuja especialidade da casa é passarinhos fritos. Nem mais!... Há quem os coma e, pior, ninguém denuncia este aterrador capricho gastronómico. E que dizer de outras situações em que os animais são maciçamente mortos sem mandato nem denúncia?... Já não falo nos aviários, nas poçilgas, nos matadouros, verdadeiros campos de concentração de condenados, que por contradição chocante necessitamos para a nossa alimentação. É verdade que o Mundo podia ser de outra forma. Assim todos ficaríamos em paz com as nossas consciências. Mas o homem, sendo também animal, tem que viver com as suas contradições.

Há dias parei na Mealhada para almoçar num dos inúmeros restaurantes lá existentes o inevitável leitão. Só que desta vez, pude verificar os simpáticos animaizinhos, nos locais que são verdadeiras antecâmaras da morte. Apercebi-me do espaço onde os pequenos e indefesos lei-



tões esperam a hora em que entrarão nos fornos. Reparem no olhar, no aspecto de um pequeno leitão e verifiquem se não se trata de um animal absolutamente carinhoso. No entanto, também ninguém liga nenhuma a estes milhares de jovens animais mortos todos os dias...

Muitas outras situações idênticas poderia enunciar.

É que temos que ser rigorosos. Se há gente que fica indignada quando um falcão-peregrino caça um pombo ou uma perdiz em pleno voo, para posteriormente a matar e comer, da mesma forma deveriam-se indignar quando todos os anos por altura da Páscoa, sabem que morrem milhares e milhares de pequenos cabritos de forma até antieconómica, (já que os pequenos animais se tivessem oportunidade rapidamente se desenvolveriam) e nada fazem, nada dizem. E haverá algo mais simpático, mais cândido, mais indefeso do que um pequeno cabrito?...

Neste âmbito como noutros, não se deve ser coerente só às vezes, quando nos convém, devemos tentar sê-lo sempre. Neste particular aspecto do respeito escrupuloso pela vida animal a coerência pode levar-nos a situações verdadeiramente incomportáveis e contraditórias.

O que é indiscutível, logo à partida, é o facto de o homem ser carnívoro pois se o não fosse estaria tudo pacificado e na paz de Deus.

Mas voltemos ao anteprojecto que pretende defender só alguns animais esquecendo todos os outros, nomeadamente aqueles que comemos à mesa.

«Proibir a organização de corridas de touros que não respeitem a tradição portuguesa e que impliquem a morte do touro na arena»? Mas... estamos em Portugal, onde são proibidos os touros de morte. Afinal o que se pretende? Proibir o que já está proibido?...

«Proibir de forma expressa a caça a cavalo, a criação de raposas com o objectivo ulterior de as caçar, a organização de corridas de cães com lebres vivas e provas de tiro com animais vivos.»

Proibir a caça a cavalo? Em Portugal quantos praticam este tipo de caça? Sem dúvida uma ínfima minoria e em determinados locais do país em que tal prática constitui verdadeiro património dessas populações.

Proibir a caça às lebres com galgos? E depois qual será o futuro dos galgos sem lebres para correrem? O mesmo futuro dos touros bravos se não houver touradas... Acabam, extinguem-se.

Não haverá outras situações bem mais chocantes, bem mais condenáveis do que uma lebre a correr e dois galgos na sua perseguição, sabendo-se que cerca de 70 por cento das lebres conseguem escapar?...

«Proibir a criação de raposas com o objectivo de ulteriormente serem caçadas»? Pois... Não são comestíveis, caso contrário, seria permitido criá-las e dizimá-las maciçamente. Se comer raposa fosse um pitêu, teríamos a especialidade da raposa da Mealhada ou do Marco de Canavezes e já ninguém protestaria.

É sempre bom que se saiba que a segunda maior fonte de captação de divisas, em Espanha é arrecadada através da prática da caça.

Proibir provas de tiro com animais vivos é uma recomendação da Comunidade Europeia. Mas aqui ao lado dos nossos vizinhos não proibiram... Também as recomendações comunitárias para que os espanhóis acabem com os touros de morte não tiveram qualquer efeito. Eles não abrem mão da «festa brava» que constitui o verdadeiro cartaz turístico do seu país.

Porém, eles que lá tudo permitem, investem cá a financiar «campanhas de protec-

ção» na remota esperança de transformar Portugal na República das Berlengas. Quanto mais proibirem cá, mais caçadores portugueses lá se deslocam levando as tais divisas.

O art.º 1º nº 2 do citado anteprojecto diz: «São proibidas todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os actos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel ou prolongado ou lesões a um animal vertebrado». Bem, se isto for cumprido à risca aqui fica proibida a caça, todo o tipo de prática de caça, pesca e consequentemente as touradas, até as tais que respeitem escrupulosamente as tradições portuguesas, sem a morte do touro.

Igualmente, a pretensão de proibir os menores de 13 anos de assistirem a touradas não será pretenderem-se substituir aos próprios pais? É uma actividade violenta? Será. Mas só lá vai quem quer e tem que pagar entrada. Proibir os menores não será um exagero? E não se proíbe a violência nas televisões? Quem proíbe as imagens de milhares de crianças com fome no Mundo? São seres humanos... Morrem de fome... Os nossos filhos perguntam-nos porquê e nós não sabemos responder.

As lebres são animais dignos do maior respeito. Todos os animais o merecem sem dúvida. Mas... as crianças... como é que nós justificamos o nosso silêncio?...

Desde os tempos mais remotos que os homens caçam, fazendo esta actividade parte integrante das suas raízes, das suas vidas e das suas culturas.

Nasci no Alto - Minho e se calhar por isso sou caçador e pescador gosto da vida do campo e da Natureza. Com certeza se tivesse nascido em Lisboa ou no Porto não teria estes hábitos. Teria outros. Acontece que lá onde nasci, não posso levar os meus filhos ao cinema, nem ao teatro, nem a outros eventos culturais pela simples razão de lá não existirem. Mas, levo-os a pescar, a caçar e a fruírem a Natureza e a vida ao ar livre.

Estamos na recta final de uma integração económica e monetária o que vem alterar e afectar a uma harmonização comunitária nas mais diferentes matérias. Vamos sentir cada vez mais os efeitos das orientações e das decisões tomadas no Parlamento Europeu, em matéria de caça, de meio ambiente, de ordenamento e de conservação da natureza. Esta harmonização de Portugal no espaço europeu, exige firmeza e ponderação, incompatíveis com pioneirismos ou ânsias de protagonismos. Hoje é pacífico que os caçadores e pescadores terão que ser cada vez mais ecologistas, protegendo o ambiente e gerindo a fauna de forma sustentada única via de serem compreendidos e respeitados.

Direito à diferença, ordenamento e respeito pela Natureza, respeito pelos homens e pelos animais, são princípios que assumo mas também exijo sem hipocrisia nem falsos moralismos.

\*Deputado da Assembleia da República

SOCIALISMO

José Conde Rodrigues



## O ADVENTO DA ESQUERDA E O PARADOXO NEOLIBERAL

**A** propósito do actual debate sobre a refundação da esquerda ou, ainda, sobre a polémica «terceira via», convirá aquilatar do porquê da decadência da moda que lhe antecedeu: o neoliberalismo.

Com efeito, é preciso lembrar que, após décadas de «terceira via» (entre comunismo e liberalismo económico) assentes no bem-estar social, assegurado pelo crescimento económico ininterrupto, sucedeu-se um advento de neoliberalismo fundamentalista que logrou êxito e criou moda por toda a Europa. É assim, as modas sucedem-se, alternando ciclos de expansão com ciclos de recessão económica, bem como quebras de confiança generalizada com sonhos de reintegração social para todos.

Mas se, actualmente, como o advento de «esquerda», que se dizia enterrada após a «queda do muro», o mercado continua a ser salvaguardado e a suas virtudes globalizadas, então o que fez mudar os governos? No fundo, que tipo de paradoxo afec-tou de raiz o neoliberalismo, alterando os seus alicerces políticos, sociais e culturais?

De facto, esse mesmo neoliberalismo, recuperando os modelos de mercado e livre iniciativa de Von Mises, Schumpeter ou Hayek, colocando a ênfase no Governo pequeno, bem como nas virtudes do «individualismo possessivo» (para usar a expressão de Macpherson), apenas assente em direitos e suprimindo até a ideia de socie-

dade, criou o seu próprio «coveiro» (como Marx dizia dos capitalistas). Ou seja, a actual desagregação social, que os neoliberais imputam ao relativismo dos valores, à crise da família, à permissividade, à crise da religião, resultou sobretudo das suas próprias contradições.

Vejamos como. O neoliberalismo dizia-se hostil ao passado e favorável à flexibilidade, à mobilidade, ao fim dos privilégios, contra a hierarquia e os planos, defendendo a todo o custo o mercado, qual ordem espontânea (Hayek) funcionando mecanicamente. Mas, por outro lado, para se legitimar, à direita, o mesmo neoliberalismo precisou de apelar à tradição (ligando-se aí ao neoconservadorismo ainda em voga – caso dos EUA com a «Religious Right»), ao regresso das virtudes cívicas, aos valores da família tradicional, ao puritanismo religioso. Ora, é aqui que reside o paradoxo neoliberal. Com efeito, ao defender a expansão indiscriminada da sociedade de consumo, ao mercantilizar as relações sociais, ao atomizar os cidadãos transformando-os, por contrato, em meros consumidores, o neoliberalismo criou as condições ideais para a sua própria desagregação, desencadeando, naturalmente, forças que puseram em causa a família tradicional, a educação centrada na presença da mãe (que no mercado global tem que participar activamente no trabalho), ou ainda, a possibilidade de garantir qualquer coesão moral, baseada em valores religiosos (pois as igre-

jas são substituídas pelas visitas aos centros comerciais, por exemplo).

Mas mais. O mesmo neoliberalismo, assim como defende um Governo pequeno, defende um Governo forte que salvaguarde a defesa dos direitos, garanta o livre funcionamento das forças do mercado e a própria administração da Justiça. Acontece que os mercados, hoje, não conhecem fronteiras, o capital não recebe os «guardas» do velho Estado-nação. O capitalismo internacionalizou-se (contrariamente à tão esperada união das proletários de todo o mundo, prognosticada por Marx), abalando assim quaisquer alicerces desse pretenso Governo forte.

Como se observa, trata-se de outra contradição no seio da racionalidade neoliberal. Não se pode querer um Governo forte que sancione os preceitos legais de protecção aos contratos e à propriedade privada e esquecer que existem, nesses mesmos mercados, elementos culturais fundamentais para o próprio desenvolvimento sustentável dos diferentes países (o «capital social» de que fala Putman ou a «confiança» de que fala Francis Fukuyama são disso o exemplo). Não basta deixar actuar as leis da oferta e da procura livremente, pois onde não existe sociedade civil forte, onde não existe um grau de confiança elevado entre as pessoas ou instituições intermédias, essa situação leva à selvajaria económica, à especulação pura, à quebra de qualquer coesão social (veja-se o caso da aplicação des-

sas receitas neoliberais à Rússia e restantes países do Leste Europeu pós-comunista).

No fundo, pode constatar-se que a defesa cega do individualismo, da iniciativa privada, sem qualquer preocupação comunitária, ou de interesse público (qual utilitarismo seródio) acaba por gerar a própria relatividade dos valores (a solidariedade trocada pelo valor da concorrência), a quebra dos laços sociais ou os problemas no seio das famílias. Ou seja, não basta defender o «laissez faire, laissez passer» e depois apresentar uma pregação das virtudes vitorianas ou a força moral do puritanismo religioso. Ao contrário, a defesa dessas duas correntes contraditórias gerou um paradoxo no seio do neoliberalismo, levando ao seu abandono, enquanto ideologia directora da maior parte dos países onde assentou a raiz na década de oitenta.

Porém, e para terminar, é bom que a esquerda reconstruída, transformada, adaptada aos novos tempos, saiba aprender com aqueles que a antecederam. O poder perde-se por desencanto do centro, numa sociedade política onde reina, inexoravelmente, a moda, a imagem, o culto do efémero. Em causa não poderá estar a liberdade, mas em causa está, de certeza, uma nova forma de combater as desigualdades sociais (ver a este propósito o excelente livro de João de Almeida Santos, «Os Paradoxos da Democracia», Fenda, 1998) e eliminando o referido paradoxo neoliberal.

IDEOLOGIA

Edmundo Pedro



## ONDE ESTÁ O PLURALISMO SOCIAL DO PS?

**H**á bastantes anos que um grupo de camaradas (entre os quais me tenho contado) vem insistindo (nomeadamente através de moções apresentadas nos congressos federativos e nacionais), no progressivo desvirtuamento do Partido Socialista no que se refere à sua matriz ideológica e social.

Nunca se tratou, da nossa parte (como alguns vêm afirmando), de qualquer passadismo ideológico ou de uma postura conservadora no que respeita a esta matéria.

A matriz social e ideológica do movimento socialista europeu – a que estamos ligados – reporta-se, como todos sabemos, a um período de estratificação social binária: de um lado, a classe operária (maioritária nos países mais desenvolvidos no início deste século) – e, de outro, o capitalismo industrial e financeiro.

Da análise dessa conjuntura resultou, para Marx e Engels (cujo pensamento influenciou decisivamente a emergência do movimento socialista), a ideia de que a classe operária estava destinada a desempenhar

um papel especial na luta por uma sociedade que instaurasse um regime de verdadeira justiça social, ou seja, por uma sociedade capaz de superar essa dicotomia simples (explorados-explorados) que caracterizou a primeira fase do capitalismo industrial e financeiro.

A maior parte das conclusões que Marx extraiu dessa análise (datada) não foram confirmadas pela prática. Revelaram-se infundadas. A classe operária transformou-se radicalmente: tornou-se minoritária e alterou a sua própria natureza. A evolução do sistema produtivo reduziu substancialmente a sua importância social e, conseqüentemente, política.

Mas, apesar dessas transformações, a verdade é que a classe operária continua a ter, em todos os partidos socialistas, uma importância política (nomeadamente ao nível dos seus órgãos dirigentes) correspondente ao seu peso social. E esse peso social, a despeito dessa nova situação, continua a ser relevante. Schroder, o actual chanceler alemão, foi sindicalista. Bérégovoy, um dos mais competentes e honestos membros do Governo Socialista francês (suicidou-se por

o terem caluniado injustamente) foi metalúrgico. Também alguns dirigentes dos países nórdicos (mesmo chefes de Governo) tiveram essa origem.

(Não é por acaso que em Espanha o PSOE, partido irmão, se intitula, ainda hoje, Partido Socialista Operário Espanhol – o mesmo acontecendo, de resto, com os outros partidos da Internacional Socialista).

Apesar de terem abandonado o marxismo como fundamento teórico da sua prática, esses partidos não esquecem, ao contrário do que vem acontecendo connosco, a sua matriz de origem.

E isso não os impediu de serem partidos socialistas modernos. Não lhes retirou a capacidade (antes pelo contrário) de intervenção política, na perspectiva da sua inspiração ideológica, nas sociedades onde estão inseridos.

Defendemos para o Partido Socialista, no que se refere a todos os níveis da sua direcção política, um saudável pluralismo político (subordinado, como é óbvio, ao respeito pelo seu Programa e Declaração de Princípios), condição que me parece importante para manter uma dinâmica de

reflexão política que possa contribuir para o aprofundamento e permanente actualização do nosso ideário.

Também me parece conveniente que a nova direcção política que sair do Congresso se esforce por promover a ascensão de novos quadros de comprovado valor e que, tanto quanto possível, representem as diversas camadas sociais que se reconhecem no PS, ou seja, que se esforcem por consagrar, na prática, o pluralismo social próprio de um partido socialista. (Nas bases do Partido existem excelentes quadros que aguardam a oportunidade de pôr os seus talentos ao serviço do nosso projecto.)

Esta observação é válida, talvez por maioria de razão, no que se refere à composição do Grupo Parlamentar, visto que ele constitui, mais do que qualquer outro órgão, o rosto visível do Partido Socialista.

A busca desse pluralismo social passa, inclusivamente, pela preocupação de encontrar (não é fácil, mas não é impossível) quadros de origem operária, com real valor político – como acontece, de resto, nos partidos irmãos, especialmente nos nórdicos que, nessa matéria, são exemplares.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Recital em Albufeira**

O tenor Armando Possante e os instrumentistas Júlio Guerreiro e Sofia Sequeira interpretarão, no dia 30, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, «Memórias de García Lorca», um recital de canto e guitarra.

Um dia depois realiza-se, no mesmo local e à mesma hora, o lançamento do livro «Os Provérbios estão Vivos no Algarve», de Ruivinho Brásão.

**Peça na Amadora**

Até ao dia 31 poderá assistir, nos Recreios da Amadora, de quinta a sábado, pelas 21 e 30, ou no domingo, às 16 horas, à representação de «I Stand Before You Naked». Trata-se de uma peça teatral de Joyce Carol Oates com encenação de Ana Nave e interpretações de Andrea Bento, Clara Bolito, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Isabel Abreu, Maria José Pascoal, Rafaela Santos e Sofia de Portugal.

**Tertúlia em Cascais**

As noites de sexta-feira nunca mais serão as mesmas. É que já começou o Ciclo de Tertúlias de Ficção Científica e Fantástico em Cascais.

Assim, amanhã, pelas 21 e 30, no Pavilhão Dramático, falar-se-á de «Iniciação ao Magic The Gathering», com o convidado Gustavo Mil-Homens.

**Garrett em Coimbra**

A partir de amanhã e até ao domingo, dia 31, participe no seminário «Criação de Empresas no Sector Social e de Lazer na União Europeia», que decorrerá na Casa Municipal da Cultura, com começo marcado para as 9 horas.

Eduardo Lourenço e José Augusto França são dois dos participantes num congresso internacional a realizar de 3 a 5 de Fevereiro, integrado nas comemorações do segundo centenário do nascimento de Almeida Garrett. Considerado a mais importante realização científica desta evocação ao «pai» do romantismo português, o congresso reúne seis dezenas de comunicações, pelos mais importantes estudiosos da sua vida e obra, de universidades portuguesas, de Espanha, Brasil e EUA, entre outras.

**Música em Fafe**

O pianista Adriano Jordão actuará, no Estúdio Fénix, amanhã, à noite, no âmbito dos concertos quinzenais «Música em Diálogo», comentados pelo maestro José Atalaya. Adriano Jordão executa neste recital de piano obras de Chopin e Debussy.

**Seminário em Guimarães**

Hoje e amanhã realiza-se, no Museu Alberto Sampaio, um seminário subordinado ao tema «Normalização em Museus: Inventário e Gestão de Coleções Museológicas».

«Mãe e Filho», de Alexandr Sokurov, é o filme que poderá ver hoje, às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho.

**Teatro em Lisboa**

Esta semana são três os filmes debutantes nas salas de cinema lisboetas. «The Siege – Estado de Sítio», de Edward Zwick; «Lado a Lado», de Chris Columbus; e «Em Fuga», de Bruno de Almeida; estarão em exibição a partir de amanhã.

Até ao dia 10 de Fevereiro poderá visitar, na Galeria Municipal Gymnásio, a exposição de pintura de Mena Brito, intitulada «Vagas Imperfeitas».

A peça «As Obras Completas de William Shakespeare em 97 minutos», posta em cena pela Companhia Teatral do Chiado no Teatro Estúdio Mário Viegas, vai poder ser vista por mais um mês.

Com a última representação prevista para 30 de Janeiro, depois de ter sido por várias vezes adiada a saída de cena, o grupo decidiu manter a peça em cena até 27 de Fevereiro próximo, devido ao interesse que a mesma tem merecido junto do público.

Todavia, «As Obras Completas de William Shakespeare em 97 minutos» apenas poderá ser vista às sextas-feiras e sábados, às 21 e 30.

**Fantoches em Valença**

A Biblioteca Municipal será, hoje, palco para a peça de teatro de fantoches intitulada «A Muito Mando Muito Desmando».

SUGESTÃO

**SILÊNCIO RASGADO**

Para comemorar o seu 20º aniversário, o Ballet Nacional de Espanha fará uma digressão por diversos países da Europa, apresentando-se, uma vez mais, em Portugal onde, desde 1994, tem vindo a actuar com grande êxito junto do público.

Assim, a partir do próximo sábado, dia 30, e até à terça-feira, dia 2 de Fevereiro, o Ballet Nacional de Espanha interpretará para os lisboetas, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, quatro belíssimas coreografias, sob a direcção artística de Aínda Gómez.

«Rango», de Rafael Aguilar; «Silêncio Rasgado», de Aínda Gómez; «Luz de Alma», de Javier Latorree, depois do intervalo, «Grito», de Antonio Canales, são os grandes sucessos da Companhia que também poderão ser apreciados no Coliseu do Porto, nos dias 4 e 5 de Fevereiro.

Todos os espectáculos do Ballet Nacional de Espanha em Portugal decorrerão a partir das 21 e 30.

Para esta digressão, a direcção artística da Companhia escolheu, como é visível, um programa em que se dançarão as suas últimas e mais afamadas produções, estando presentes os diferentes estilos de dança espanhola, desde o bailado clássico até ao flamenco.

Destaque-se que o Ballet Nacional de Espanha foi criado em 1978 e desde então tem sido dirigido por importantes personalidades da dança, até chegar à actual directora, Aínda Gómez, uma das melhores e mais completas bailarinas de dança espanhola.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**A segunda canção com lágrimas**

*Meu amigo cantava. Dizem que cantava. E de repente quebraram-se nas veias os relógios onde os ponteiros marcavam vinte e cinco anos.*

*Vinte e cinco navios vinte e cinco mapas vinte e cinco viagens para sempre adiadas. Meu amigo quebrou-se como se fosse de vidro.*

*Ficaram vinte e cinco pedaços dum homem.*

**Manuel Alegre**

In «A Praça da Canção»

Ópera

# Rigoletto

de Giuseppe Verdi

pela Opera Nazionale Italiana

Até 31 de Janeiro – 20h30

Coliseu dos Recreios  
Lisboa

Concerto

# A Criação

de Joseph Haydn

Orquestra e Coro Gulbenkian

Frans Brüggen – Maestro  
Anna Korondi – Soprano  
Cyndia Sieden – Soprano  
Ian Bostridge – Tenor  
David Wilson Johnson – Baixo  
Detlef Roth – Baixo

28 de Janeiro – 21h30  
29 de Janeiro – 19h00

Grande Auditório  
Fundação Calouste Gulbenkian



## A REFORMA ECONÓMICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**N**os últimos três anos e três meses, um grupo de socialistas no Parlamento e no Governo, englobando qualificados independentes, desenvolveu um trabalho sólido e coordenado visando concretizar, na área económica e financeira os compromissos eleitorais que conduziram o PS à vitória nas legislativas de Outubro de 95 e António Guterres a primeiro-ministro de Portugal.

Trata-se da mais longa experiência de um governo de composição ou direcção socialista desde o aparecimento da ideia e do projecto socialista em Portugal. A fidelidade aos ideais de Antero, Fontana e Azedo Gneco obrigam a uma reflexão analítica e orientada para o futuro, tendo em conta o aprofundamento da integração europeia e o processo de desenvolvimento económico nacional que o Governo do PS tem pilotado. A marca da irreversibilidade das reformas é para nós fundamental e insere-se na melhor tradição do socialismo democrático. E uma das mais importantes foi a concretização do rendimento mínimo.

As linhas políticas que defendemos passam pela promoção do emprego, numa perspectiva de solidariedade social, mas também pelo aumento geral do bem-estar, assumindo uma perspectiva activa face à globalização em curso.

Na mudança de milénio, teremos que assumir como factores essenciais da competitividade, os recursos humanos qualificados, as comunicações e os transportes que criarão condições para uma maior competitividade empresarial e a expansão do emprego.

Recusamos hoje o planeamento imperativo e centralizado, sem pôr em causa a necessidade de instrumentos de planeamento. Combatemos um modelo neoliberal ultrapassado e pretendemos reafirmar o primado da política sobre a economia, respeitando o mercado e o modelo social europeu, no caminho de uma sociedade solidária.

E neste contexto que assumem particular importância, linhas de acção estratégica, como as medidas de promoção do interior (combate ao desemprego no Alentejo e gás natural em várias regiões do interior) e a concretização da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Pretendemos pois que a Reforma Económica, que é um processo, se realize com equilíbrio financeiro, promovendo o crescimento económico e uma mais justa distribuição da riqueza. A política que defendemos respeita a economia de mercado, porque quer uma sociedade de justiça, liberdade e solidariedade. E neste contexto insere-se uma política salarial que garanta uma partilha socialmente equitativa dos benefícios do crescimento. Com o imperativo da coesão social, da convergência real, da luta contra a exclusão e da diminuição da pobreza. Também neste contexto, «o Portugal que queremos» tem que ser um mosaico de oportunidades em que se concilie uma economia moderna e competitiva com um sistema de emprego, que crie oportunidades diversificadas para todos.

Assumem no âmbito do desenvolvimento sustentável, particular importância «a continuação do processo de modernização da Administração Pública, da reforma da Segurança Social, o aprofundamento da protecção

social, o desenvolvimento das políticas activas de emprego bem como o do mercado social de emprego». Ganhando aqui uma particular importância as questões do financiamento da saúde e a necessária inovação na relação entre ambiente e fiscalidade (que se procurou introduzir já no Orçamento de 1999), bem como um mais claro entendimento do papel da economia social.

Indissociável do processo de desenvolvimento sustentável e de reforma económica é a necessidade de aprofundar uma política de desenvolvimento regional, envolvendo os poderes locais e os actores económicos e sociais de cada região, em articulação com uma racional desconcentração do Estado.

Uma reforma fiscal em progresso, visando um sistema mais eficaz e mais equilibrado, é imprescindível desenvolver-se em articulação com a política orçamental que garantiu nesta legislatura a compatibilização entre rigor financeiro, crescimento económico e solidariedade social.

Na passagem aos anos do euro, assume então particular relevo a reconversão parcial do sistema produtivo nacional, as negociações da Agenda 2000 (que tem de respeitar o objectivo da coesão económico-social) e as questões decorrentes da Economia Digital, resultante da rápida expansão das redes electrónicas.

Para todas estas tarefas é importante mobilizar, com inteligência e vontade, os socialistas que estão nas empresas e na Administração Pública, no ensino e nas autarquias, no Parlamento e no Governo, bem como os reformados, no sentido da concretização do nosso projecto ambicioso mas viável.

«É a desolação total. Angola está a ser destruída e o seu povo dizimado. Um dia destes não restará nada a não ser o silêncio dos cemitérios.»

**Emídio Rangel**

*Diário de Notícias, 23 de Janeiro*

«O petróleo de um lado e os diamantes do outro acendem todas as luzes e abrem todas as portas. Savimbi, um criminoso sem escrúpulos, está armado até aos dentes.»

**Idem, ibidem**

«A "Perestroika" era uma oportunidade para todos, não só para a União Soviética. Uma opção em favor da liberdade surgida num país onde durante décadas se encarniçou um regime totalitário.»

**Mikhail Gorbachev**

*DNA, 23 de Janeiro*

«A "Perestroika" era uma aposta pela união entre o socialismo e a democracia, o que se poderia chamar democracia social, ou social-democracia.»

**Idem, ibidem**

«A "Perestroika" foi cortada em seco, mutilaram os meus planos. Tive de sair quando tinha uma maior experiência e mais possibilidades.»

**Idem ibidem**

«O meu sofrimento torna-se mais pesado quando vejo as duras provas pelas quais tem de passar o meu país.»

**Idem, ibidem**

### Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remetereste cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.